

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

**AVALIAÇÃO DAS PERDAS ECONÔMICAS E SOCIAIS EM ÁREAS  
CRÍTICAS CATARINENSES SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DE RANCHO QUEIMADO**

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina, para  
obtenção de grau de Mestre em Engenharia

**MÁRCIA MACHADO**  
Florianópolis/SC  
Agosto 1998

e-mail: [mace1@zipmail.com.br](mailto:mace1@zipmail.com.br)

**UM CAMINHO DE HORTÊNSIAS  
A EXPERIÊNCIA DE RANCHO QUEIMADO**

**AVALIAÇÃO DAS PERDAS ECONÔMICAS E SOCIAIS EM ÁREAS  
CRÍTICAS CATARINENSES SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

Professora Orientadora: Doutora Sandra Sulamita Nahas Baasch

Florianópolis, agosto de 1998

---

Mestranda: **Márcia Machado**  
mace@eps.ufsc.br

MÁRCIA MACHADO

**AVALIAÇÃO DAS PERDAS ECONÔMICAS E SOCIAIS EM ÁREAS CRÍTICAS CATARINENSES SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DE RANCHO QUEIMADO**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção de título de " Mestre em Engenharia", especialidade Engenharia de Produção e Sistemas e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação.

Ricardo Miranda Barcia, PhD  
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção

Banca Examinadora:

Sandra Sulamita Nahas Baasch, Doutora. Orientadora

Edvaldo Santana, Doutor

Harrysson Luiz da Silva , Doutor

## AGRADECIMENTOS

A autora deseja agradecer a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a elaboração desta dissertação, em especial à Prefeitura Municipal de Rancho Queimado que colocou toda sua estrutura à disposição. Aos funcionários e amigos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul. À Delegacia Regional do Trabalho de Florianópolis, através dos funcionários Cleci e Luciano. Ao Sr. Vilson Wronski, do NPD que me ajudou a trabalhar com mais competência os dados estatísticos; ao Harrysson Luiz da Silva, meu amigo e maior incentivador para participar do curso e orientações sobre a dissertação. Aos colegas de aula, pelo estímulo. A minha orientadora Sandra, moderna e atenta, por ter me escolhido para orientanda. A minha família, a mãe, Ivone, a irmã e ao cunhado, Marise e Eduardo, e aos meus dois sobrinhos, Jeanine e Eduardo Fiore, pela compreensão. Também, em especial ao meu pai, que do outro lado, certamente se sente muito feliz pelo meu progresso.

## RESUMO

Esta dissertação constitui-se no resultado de uma pesquisa realizada no município de Rancho Queimado. Objetivou avaliar as perdas econômicas e sociais da população sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

A pesquisa foi realizada através da aplicação de 75 questionários que permitiram averiguar entre outras, as dificuldades de inserção das populações jovens no mercado de trabalho; as carências relativas a saneamento básico e moradia; as necessidades de implantação de projetos específicos além de promover o diagnóstico sócio-econômico do município.

A análise permitiu concluir que Rancho Queimado resente-se de escolas atraentes às necessidades da população; é precário em infra-estrutura de água e esgoto, principalmente; as formas de lazer são limitadas às práticas voltadas à religiosidade, sem muitas opções; está havendo erosão e perda da qualidade dos solos e das águas pluviais por utilização indevida de agrotóxicos; o sistema viário não favorece a produção e comercialização dos produtos o que leva as pessoas a conviverem com padrões salariais baixos além de manifestarem sua insatisfação com as políticas econômicas, principalmente as voltadas à produção de alimentos. Concluiu-se, também, que desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado à qualidade de vida e que este ocorrerá quando as pessoas despertarem para prática do amor.

## ABSTRACT

This dissertation is the result of an inquiry carried out in the municipality of Rancho Queimado. It aimed to evaluate the economic and social losses of the population from the point of view of sustainable development.

The investigation was accomplished through the application of 75 questionnaires which made it possible to investigate, among others, the difficulties of insertion of young populations into the labour market; the need to introduce specific projects as well as to promote the socio-economic diagnosis of the municipality.

The analysis made it possible to conclude that Rancho Queimado suffers from the shortage of schools which could meet the needs of population; it is precarious in water and sewerage infrastructure especially; the forms of leisure are restricted to practices connected to religiosity, without many options; there is erosion and loss of quality in the soil and in rain water owing to undue use of pesticides; the road system doesn't favor the production and trading of products, leading people to live under low wage standards, as well as to manifest their dissatisfaction with the economic policy, principally, the ones concerning food production. It was also concluded that sustainable development is directly connected to life quality and that it will occur when people awaken to the practice of love.

## I. INTRODUÇÃO

O trabalho ora proposto baseou-se na experiência do município de Rancho Queimado, distante 70 quilômetros de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, e sua escolha deveu-se ao seguinte fato: sendo um município pertencente a um estado que apresentou o segundo melhor Índice de Condição de Sobrevivência (ICS) do Brasil em 1991 (0,081 contra 0,044 de São Paulo, o melhor do País, segundo dados divulgados em 1994 pelo IBGE), sua população relativa de indigentes foi considerada a 16ª pior do estado, apesar da população absoluta envolvida ser relativamente pequena (178 em relação às 213.912 famílias de indigentes cadastradas em Santa Catarina).

Esses dados nos estimularam a aprofundar o estudo e propor indicadores que facilitem visualizar de forma mais clara aquela realidade, sugerindo interferências no processo, tornando-o mais eficaz, de modo a minimizar o surto de empobrecimento das populações, além de contribuir com a introdução de análises sob a ótica da sustentabilidade. Será feito, então, um breve estudo sobre o contexto onde este município catarinense situa-se, abordando as condições macroeconômicas que levaram a essa realidade.

As transformações ocorridas nos últimos cinquenta anos em termos internacionais, possibilitaram o surgimento de pressões sociais e mudanças na economia mundial, promovendo um aumento dos fluxos líquidos de recursos sul/norte, prejudicando sensivelmente as economias menos desenvolvidas, notadamente no que se refere a degradação das condições de troca, do meio ambiente e condição de vida do homem, por sua exclusão na participação das decisões. Isso impõe uma nova visão das relações com a participação do Estado, do poder econômico e da sociedade civil, exigindo uma nova conscientização pública e configuração política de democracia verdadeiramente participativa em todos os níveis, local (rural e urbano) nacional e mundial.

No Brasil essas modificações se tornaram mais intensificadas a partir dos governos republicanos pós 64, que tiveram suas políticas fixadas no Plano de Ação do Governo - PAEG - e objetivavam alcançar a estabilidade e a prosperidade econômica. Neste mesmo Plano foi aprovada, entre outras, a Instrução 270 da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC - que suspendeu os subsídios ao trigo, ao petróleo e ao papel, influenciando todo o comportamento da economia. Em 1962, ou seja, dois anos antes desses acontecimentos, é criado o município de Rancho Queimado, local cuja economia tem características agropecuárias, historicamente considerado ponto de parada para descanso do gado que era transportado de Lages para Florianópolis, em Santa Catarina.

A urbanização catarinense foi favorecida em meados da década de 70 pela política de integração nacional, via ligações rodoviárias que cortaram o País no sentido norte/sul, leste/oeste e a implantação do setor de telecomunicações

que, de certa forma, integrou e internalizou Santa Catarina, além de possibilitar sua introdução na inovação tecnológica. Preservou-se, no entanto, a característica catarinense da pulverização da população em cidades de pequeno e médio porte, com liderança de algumas cidades-pólo, estrategicamente distribuídas em todo território do Estado, favorecendo seu desempenho econômico e social. Enquanto Santa Catarina se integrava, Rancho Queimado, devido suas características econômicas e às péssimas condições da BR 282, no trecho Lages e Florianópolis, se manteve parcialmente isolado.

O Estado catarinense teve forte imigração de origem alemã e italiana, influenciando de forma decisiva sua distribuição sócio-produtiva. Configurando-se com características diferentes dos demais Estados da União, sua expansão territorial ocorreu quando na Europa o crescimento demográfico e a industrialização eram fenômenos intensos. Sua ocupação estabeleceu-se, em parte, para satisfazer à necessidade de absorção de populações excedentes daquela área e da própria necessidade de expansão das indústrias existentes, notadamente a manufatureira, permitida a partir da fixação da família real no Brasil e de acordos feitos com o objetivo de colonizar as terras do Sul do País. Isso favoreceu o povoamento de Rancho Queimado, iniciado na primeira metade do século XIX.

Com referência ainda a Rancho Queimado, houve pequena diminuição populacional no período 1970/1991 e queda de 0,58% na taxa de crescimento entre 1980/1991, conforme o último Censo divulgado pelo IBGE. No Estado ocorreu grande crescimento, passando de 1.993.160 em 1970, para 3.528.656 habitantes em 1991, resultado de forte migração rural, com tendência ao agravamento da qualidade de vida, principalmente nas áreas urbanas. Isto comprovado pela explosão urbana ocorrida a partir daquela década, cujos habitantes com baixa renda formam a maior parte da população. Esse fenômeno vem ocorrendo pela diminuição das populações em determinadas áreas específicas catarinenses. Essa explosão agravou as desigualdades, segregou parte da população ao desemprego, as tensões sociais, a violência nas áreas rurais e urbanas, consumo de drogas, enquanto, paralelamente, deu-se um progresso econômico que se beneficiou principalmente, da mão-de-obra barata do campo, por seu afluxo descontínuo, pela falta de acesso às terras destinadas ao cultivo. Outros municípios apresentaram quedas superiores em suas populações, porém muitas delas ocasionadas por fusões a outros municípios.

A intensificação da exploração dos recursos naturais, a emissão desordenada e descontrolada de resíduos poluentes no mar e rios e a impossibilidade de avanço tecnológico em função das restrições comerciais, limitaram a capacidade produtiva, com danos à sócio-economia de algumas áreas catarinense, levando parte desta população do Estado à nivelar sua qualidade de vida em conformidade com o País, em vez de avançar tecnologicamente, que seria viável em função da estrutura produtiva já existente.

Santa Catarina, por não concentrar grandes núcleos populacionais e apresentar ainda um dos melhores Índices de Desenvolvimento Social do País

(Relatório do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996), dispõe de grandes possibilidades para adotar propostas de transição ao desenvolvimento sustentável, sugerindo modelos ao País para que se promovam o progresso social e econômico sem custos, com projetos e programas de reciclagem de energia, recursos e geração de emprego e renda, entre as quais a adoção de políticas de conservação de energia, de água e do solo, e programas de reflorestamento, a exemplo do que vem sendo feito através de campanhas que priorizam o verde em alguns de seus municípios.

Ao optar-se pelo estudo das perdas econômicas em áreas críticas catarinenses, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, enfocando-se a realidade do município de Rancho Queimado, visou-se, primeiramente, contribuir com o embasamento a ações municipais, para redução dos efeitos negativos do processo de crescimento econômico. Sua concretização favorecerá a melhor distribuição dos benefícios gerados, podendo concretizar-se através da adoção de políticas adequadas que resultem de planejamentos e investimentos criteriosos. Dessa forma, se minimizará a tendência destrutiva decorrente do atual modelo econômico.

A busca para o estabelecimento de indicadores que possibilitem o cálculo das perdas que afligem as pessoas, não tem sido tarefa fácil, principalmente pela falta de critérios na escolha das variáveis que atingem mais especificamente o meio ambiente e as populações envolvidas. Tem-se trabalhado variáveis macroeconômicas, entre as quais o Produto Interno Bruto, PIB, indicador que não incorpora os valores ambientais, (também chamados de capital natural), parecendo-nos, portanto, inconsistente para análises sob a ótica do desenvolvimento sustentável, apesar desse fato apresentar-se atualmente como uma das maiores preocupações dos responsáveis pelo aperfeiçoamento da Contas Nacionais. A proposta não é a introdução de nova metodologia para o estabelecimento do PIB, visto que além de não ser objeto da pesquisa, sabe-se que há instituições trabalhando nesse sentido, inclusive buscando sua padronização em termos nacionais. No entanto, chamamos atenção para sua deficiência pois não se contabilizam as depreciações ambientais nas atividades econômicas, decorrendo daí a falta de robustez nos indicadores que o utilizam em suas fórmulas. Em vista disso, a introdução de dados complementares para análise sob a ótica do desenvolvimento sustentável é um dos focos considerados importante nesta avaliação e motivo que fez voltar a atenção ao seu entendimento. Salienta-se, também, que a discussão do conceito de desenvolvimento sustentável não é o foco dessa dissertação.

O trabalho foi elaborado em duas etapas: na primeira, buscou-se entender o processo através de revisão bibliográfica e coleta de informações. Na segunda etapa foram registrados aspectos referentes ao entendimento da estrutura produtiva do município sob a ótica do desenvolvimento sustentável, compondo-se esta segunda parte na elaboração do relatório final, integrado pelos seguintes itens: I) As perdas econômicas, necessidades humanas e qualidade de vida em Rancho Queimado; II) Fundamentação Teórico- Metodológica; III) Em busca do caminho das hortênsias; IV) O caminho das hortênsias; Conclusões; Recomendações e, Nossa contribuição para Rancho Queimado.



## Capítulo I

### AS PERDAS ECONÔMICAS, NECESSIDADES HUMANAS E QUALIDADE DE VIDA EM RANCHO QUEIMADO

#### 1.1- A constituição do problema da Pesquisa

O Relatório da Comissão Brundtland de 1987 e a Agenda 21 da Conferência do Rio de Janeiro de 1992, apresentam as seguintes proposições: 1) *... existe uma relação crucial e potencialmente positiva entre desenvolvimento econômico e meio ambiente;* 2) *políticas econômicas inadequadas acarretam um ônus muito elevado para o meio ambiente;* 3) *para tratar os problemas ambientais é necessário reduzir a pobreza;* 4) *o crescimento econômico deve ser regido por preços que incorporem os valores ambientais;* e 5) *como os problemas ambientais transcendem fronteiras, às vezes faz-se necessário a colaboração global e regional para complementar as medidas tomadas no âmbito nacional e regional...* <sup>2</sup> (Revista Finanças & Desenvolvimento, 1996).

O Relatório do Banco Mundial de 1992, assim definiu desenvolvimento <sup>2</sup> *é aumentar o bem-estar das pessoas. A melhoria do padrão de vida, da educação, da saúde e igualdade de oportunidades - tudo isso é essencial no desenvolvimento econômico. A garantia dos direitos políticos e individuais é uma meta desenvolvimentista mais ampla. Quando este perdura, verifica-se o desenvolvimento sustentável*<sup>2</sup>. (Revista Finanças & Desenvolvimento, 1996)

Na abordagem da questão das funções econômicas do meio ambiente, necessário se faz estabelecer a relação entre este meio e a economia frente ao modo capitalista de produção. Neste sistema a economia apresenta um ritmo que é determinado pela taxa de lucros e pela taxa de giro do capital, o qual é básico na garantia da taxa de lucro e, portanto, na valorização do próprio capital posto em movimento. A busca constante pela redução do tempo de giro interfere não só no ritmo da economia, mas também no social e no ambiental, com o aumento do consumismo e dos descartáveis.

O ritmo da economia difere e se contrapõe ao da natureza, que tem seu ritmo próprio, com seus ciclos de vida, estruturas e transformações, apresentando limites impostos por sua capacidade de absorver todos os estímulos externos e agressões. Isso impõe o domínio sobre o conhecimento da natureza para que as ações econômicas apresentem maiores ou menores possibilidades de ação e, segundo o Relatório do Banco Mundial de 1992, <sup>2</sup> *em termos de renda e produção, o mundo do próximo século será muito mais rico, mas talvez o meio ambiente seja muito mais pobre, dependendo das pressões exercidas sobre os recursos naturais pelas atividades econômicas* <sup>2</sup> (Revista Finanças & Desenvolvimento, 1996). No caso específico dos países do Terceiro Mundo, onde para que se supere a miséria se faz necessária a expansão econômica, vem então a tona a questão da melhoria da qualidade de vida da população como parte da discussão ambiental, visto que o foco passa a ser os problemas decorrentes do desenvolvimento, sendo importante que se

abordem algumas questões fundamentais, entre eles os objetivos do desenvolvimento e do crescimento econômico.

Segundo o Relatório do Banco Mundial, o crescimento econômico é um meio fundamental de proporcionar desenvolvimento, mas é também, em si mesmo, uma avaliação muito imperfeita de progresso, podendo não só melhorar em certos aspectos a qualidade de vida, mas também prejudicar o meio ambiente, deteriorando-o para as próximas gerações. Faz-se necessário, então, a avaliação do custo da deterioração ambiental em termos de bem-estar dos seres humanos, com prioridades políticas ao desenvolvimento sustentável (aquele que perdura) para que sejam atendidas as necessidades básicas das populações sem que se comprometa a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades básicas.

A problemática do desenvolvimento revela algumas contradições pois, à medida que a preocupação com o meio ambiente se expande, seus debates em todos os cantos do mundo têm reflexos sobre a economia pelas exigências feitas e que impõem novas formas de produção, menos poluentes e com maiores cuidados ambientais, afetando os mercados internos que não aderirem às novas exigências. As economias que adaptarem seus parques industriais visando produzir segundo a ótica da sustentabilidade, certamente desfrutarão de vantagens competitivas ou de monopólio em relação às que não o fizerem, que serão alijadas do mercado com o tempo. A grande contradição se impõe porque provavelmente só os grandes grupos empresariais terão fôlego para incorporar as adaptações técnicas e processuais que lhes permitirão tratar o meio ambiente com os cuidados devidos. Além disso, manter pesquisas que levem ao desenvolvimento de novos produtos que não tenham resíduos poluentes, custa caro, limitando a participação de pequenas e médias empresas, pela dificuldade de custo que muitas vezes tornam as pesquisas inviáveis.

Há também que se considerar que as novas formas de processo de trabalho são mais flexíveis, onde o capital e o trabalho se rearrajam com o intuito de aumentar os super lucros, não importando se para atingir esse objetivo alterem os salários e os padrões de vida das populações envolvidas no processo, redefinindo-se novas tendências e formas de sobrevivência para o capital. É a convivência nas diversas formas desiguais, que permitirá sua reprodução e isso se dará pela transferência de capital das áreas mais pobres para as mais ricas. Percebe-se, então, que o próprio processo é contraditório porque à medida que busca a igualdade de condições mínimas, ele contém tendência a diferenciar-se. No caso da taxa de lucro, esta é sempre buscada pelo capitalista individual de forma particular e privilegiada entre os demais, com vistas a obtenção do super lucro, o que o diferencia e o mantém produzindo.

Acirra-se a competição e empurra-se, desta forma, a economia. A mudança tecnológica e de organização impõe cada vez mais a utilização de capital fixo em relação ao variável, levam a aglomeração das atividades em torno de centros urbanos atrativos, aumentando a concentração geográfica da produção e suas graves conseqüências sobre o meio ambiente. A busca do lucro promove as desigualdades e é sobre elas que o capital se perpetua. Decorre

daí que as diferenças se manifestam tanto em relação a países, dentro deles nas suas regiões, como resultado dos investimentos em capital e infra-estrutura social feitos. Evidenciam-se, então, diferenças não só em relação às taxas de lucro mas na composição orgânica do capital, produtividade do trabalho, índices salariais, custos de produção da força de trabalho, níveis de tecnologia e mecanização, organização do trabalho, incidência da luta de classes.

Quanto à função econômica do meio ambiente, seu debate é importante porque possibilita alertar sobre os impactos do crescimento econômico na deterioração ambiental, alertando para o gerenciamento dos recursos naturais com vistas ao desenvolvimento sustentado. Neste caso, o estabelecimento de políticas ambientais apropriadas contribuirão para o aumento do produto com técnicas eficientes levando a diminuição dos impactos já no curto prazo, minimizando e solucionando os problemas na área atingida. Para tanto, o conhecimento das atividades econômicas desempenhadas é básico pois implica na possibilidade de transformação do ambiente natural onde se situa, exigindo-se o estabelecimento de preços a serem pagos por aqueles que deterioram o ambiente onde se desenvolve a atividade econômica. Este aspecto seria resolvido de forma simples se apenas uma empresa desenvolvesse atividade na área escolhida, mas, na realidade, normalmente o desempenho econômico é partilhado e os recursos também o são, dificultando a seleção daqueles que mais deterioram o ambiente. Além desse aspecto, os mecanismos de controle são ainda insuficientes para que se controlem todas as áreas poluídas, a exemplo da poluição atmosférica.

Avaliar-se a perda econômica dos setores, da cultura e da consciência apresentam grandes dificuldades. Vidas humanas e animais, acrescidas e perdidas, também têm sido uma das grandes dificuldades porque tem-se dado preferência por análises cujos parâmetros adotados não conseguem ser qualificados, impedindo que se retrate fielmente a realidade em questão. Por outro lado, é inegável no caso brasileiro, a perda da qualidade de vida de parcela da população que vive em condições subumanas, chamando-nos atenção pelas perspectivas de aumento da participação relativa de populações pobres e indigentes na população total.

O desenvolvimento sustentado só será atingido quando a sociedade se modificar e agir consciente, com respeito aos costumes de forma a reorientar as atuais estruturas, elegendo com responsabilidade as prioridades que aplicadas terão reflexos na melhoria da qualidade de vida das populações, poupando o ambiente, gerando condições para que a sociedade se reproduza frente os paradigmas do ecodesenvolvimento, entre os quais a própria espiritualidade inerente ao ser humano, como aspecto facilitador da percepção da posição do próprio homem em relação ao seu meio.

A efetivação dessas proposições exigem medidas que envolvem tanto participação, recursos monetários, quanto políticos, o que tem dificultado sua implantação. Por outro lado, o baixo aproveitamento da mão-de-obra em relação ao desempenho econômico além da constante diminuição das populações rurais, conforme indicativos censitários do IBGE no período 1970/91, tem levado alguns municípios à alterações bruscas nas atividades

econômicas afetando a qualidade de vida de suas populações envolvidas na produção, como ocorre no município onde se efetuou a pesquisa. Por isso a preocupação em estabelecer-se os fluxos migratórios das populações; suas necessidades de saneamento básico e de moradia; os problemas de saúde, educação e trabalho, diagnosticando-se aquele contexto, com vistas a identificação de perdas econômicas e sociais da população alvo.

## 1.2 - Os objetivos a atingir

Esta pesquisa tem como **objetivo geral** avaliar as perdas econômicas e sociais da população do município de Rancho Queimado, na Grande Florianópolis, visando sugerir formas de atuação.

A pesquisa também abrange os seguintes objetivos específicos:

- 1) Estabelecer os fluxos migratórios e as formas de inserção no mercado de trabalho das populações da região;
- 2) identificar fatores que interferem na qualidade de vida da população, entre os quais as necessidades de saneamento básico e moradia;
- 3) elencar o rol de necessidades de implantação de projetos específicos, principalmente os referentes a saúde, educação e trabalho;
- 4) selecionar prioridades de treinamentos e participações em debates/seminários para orientação e propostas de políticas que envolvam o setor produtivo da área em análise, a serem postas em prática; e
- 5) promover diagnóstico sócio-econômico da área selecionada.

## 1.3 - Os alcances da Pesquisa

A pesquisa proporciona a visualização dos seguintes aspectos:

- através da identificação da falta de infra-estrutura de saneamento e moradia, poderão ser propostos projetos que objetivem sua implantação ou recuperação;
- a partir da identificação das necessidades de implantação ou recuperação de projetos, poderão ser orientadas formas de seleção, por prioridades de execução, que tragam à população, resultados mais significativos;
- as informações contidas nos questionários poderão sugerir interferências nos processos de aprendizagem, bem como da efetivação de ações participativas, no curto, médio e longo prazos;
- O diagnóstico sócio-econômico identificará os aspectos que deverão ser priorizados para identificar as perdas econômicas e sociais sob a ótica do desenvolvimento sustentável; e
- pretende-se também, contribuir no sentido de apresentar uma nova versão do conceito de <sup>2</sup> Qualidade de Vida que ajude a entender melhor o contexto de Rancho Queimado.

#### **1.4 - As limitações da Pesquisa**

As soluções propostas baseiam-se nas respostas a 75 questionários, porém:

- a elaboração destes e a seleção da amostragem não seguiram critérios de seleção de amostragem, sendo significativa em relação ao número de residências e aos habitantes do município;
- há carência de informações e variáveis a serem trabalhadas; e
- deparou-se com muitas dificuldades na pesquisa direta de campo e tabulação dos dados, por excesso de temas e questões subjetivas.

## Capítulo II

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

#### 2.1. - Fundamentos para construção de um conceito de Qualidade de Vida

Ao analisar o conceito de desenvolvimento e suas contradições e avaliar criticamente a experiência acerca de desenvolvimento, sente-se a dificuldade para construir um conceito de Qualidade de Vida. A ideologia dominante, em certos aspectos, nos impõem procedermos como pobres, submissos, sem poder de crítica, e dispor de recursos para a produção de forma a atingir certas vantagens comparativas na comercialização de nossos produtos. Por outro lado, para melhorar a atual situação de vida, em níveis aceitáveis, sugerem a adoção de novas estratégias, que vislumbrem novas formas de desenvolvimento, o que é questionável. As populações têm sido induzidas a um consumo imitativo, incompatível tanto com a capacidade de compra quanto com a capacidade limitada de produção do meio, o que tem levado a um número cada vez mais significativo de excluídos.

Esse controle, exercido pelos países desenvolvidos, tem deslocado o centro de interesses do bem-estar das comunidades, impossibilitando-as de exercerem o controle não só das necessidades, cada vez mais influenciadas pelos meios de comunicação de massa, mas, sobretudo, seus recursos naturais e financeiros.

##### 2.1.1 - A perspectiva das Perdas Econômicas X Necessidades Humanas

O estudo sobre o empobrecimento das populações e perda da qualidade de vida tem sido preocupação de muitos pensadores, entre os quais William Godwin (1756-1836) que " *...acreditava que a principal causa de todos os problemas sociais residia na propriedade privada...* " e que os homens evoluiriam até o estado da perfeição quando se convencessem de que " *... o sentido moral da vida ... seria ... o único que importaria na organização da sociedade...*" Suas idéias foram combatidas por Malthus que se dedicou a estudar as questões da pobreza afirmando que ela seria " *... o fim inevitável do homem, posto que a população cresceria à taxa superior à da produção de meios de subsistência...*" Malthus (1986)

Quando Malthus escreveu o Ensaio Sobre a População, em 1798, na Inglaterra aprofundava-se a Revolução Industrial desde aproximadamente 1760, cujas conseqüências para o sistema produtivo e as relações sociais se fizeram notar pela introdução de novos inventos aplicados tanto na indústria manufatureira quanto na agricultura. Inventos científicos, como as descobertas de adubos químicos, grãos híbridos e técnicas refinadas de cultivo e tratamento do solo, foram introduzidos quando ainda não havia sido publicada a 6ª edição de seu livro, pondo em xeque suas conclusões pelos resultados positivos sobre a produtividade agrícola.

As políticas públicas adotadas naquela época visavam controlar as conseqüências do êxodo de trabalhadores pelo seu alijamento das atividades agrícolas. Essas populações deslocavam-se rumo às cidades oferecendo sua

força de trabalho às manufaturas. Adotou-se a famosa " Lei dos Pobres" , que além de controlar os espaços de ação da mão-de-obra ofertante, estabelecia que um pobre poderia ser enviado a uma *casa de trabalho*, onde não morreria de fome, pois em troca de seus serviços receberia o indispensável para manter-se.

Segundo Malthus " ... ao próprio homem pobre cabe a culpa de sua pobreza. É a sua natureza que o impele a procriar sempre acima do que seria recomendável para uma vida confortável para si e para sua família..." fazendo analogia entre o aumento demográfico à produção na agricultura e conseqüentes preços agrícolas. Malthus (1986). Relaciona, então, os períodos de miséria aos desequilíbrios entre aumento demográfico e produção agrícola, havendo necessidade da tomada de providências para deter a explosão da população, evitando-se assim, o avanço da miséria, fome, morte, precariedade nas condições de moradia, locais de trabalho, epidemias e pestes.

Outro aspecto fortemente criticado por Malthus refere-se ao apartheid provocado pela " Lei dos Pobres" que impedia a mobilidade da mão-de-obra à outras áreas em busca de emprego. Critica também o estímulo aos casamentos consangüíneos, os subsídios prestados pelas paróquias que mantinham o status miserável e os reflexos sobre o aumento dos preços que os ricos poderiam ocasionar se ajudassem aos pobres. Como solução para eliminar ou minorar a miséria sugere: 1) " ... a revogação completa de todas as leis paroquiais de ajuda aos pobres, aumentando a liberdade e a mobilidade da mão-de-obra... e, 2) ... a criação e estímulo à exploração de novas terras, maiores que os incentivos à indústria e ao cultivo do solo, de preferência no pastoreio... " Malthus (1986). Dessa forma se aumentaria o emprego, o produto e o preço do trabalho, melhorando as condições de vida do trabalhador.

Ao eleger Malthus neste trabalho não representa concordância com suas idéias relativas às diferentes progressões matemáticas a respeito do crescimento populacional, mas ilustrar situações sobre as experiências e preocupações das pessoas no sistema capitalista daquela época, com o crescimento, a distribuição populacional e dos alimentos, além da preocupação com as conseqüências que a concentração da riqueza provoca sobre os povos e o meio em que vivem. Esta se enquadra perfeitamente no estudo da problemática para alcançar o desenvolvimento sustentável.

As referências sobre a fome em determinadas regiões da Ásia, África, em regiões latino americanas e brasileiras mostram os reflexos sobre toda infraestrutura pública, envolvendo saúde, educação, habitação, saneamento básico, transportes e mercado de trabalho para atender a população, correndo-se o risco de terem frustradas todas as iniciativas políticas se não forem adequadas às necessidades pelas atuais políticas que visam a globalização dos mercados, ou seja, aumento do número de compradores de qualquer mercadoria, não importando os desequilíbrios decorrentes.

O desenvolvimento sustentável propõem um sistema onde as necessidades humanas têm que estar em equilíbrio com as limitações econômicas, sendo importante considerar seus limites hoje e, a exemplo do que ocorria na época

de Malthus, tem-se de levar em conta os efeitos da revolução tecnológica e a velocidade com que as transformações ocorrem. A sociedade do século XXI não poderá se dizer justa, se partir da simples eliminação de populações que não tenham condições de acompanhar as mudanças na velocidade que o modelo de desenvolvimento atual está impondo. A continuar o nível de degradação ambiental, para quem servirão os conhecimentos e a riqueza acumulada? O que há de novo entre os problemas decorrentes da pobreza analisados por Malthus e a proposta de desenvolvimento sustentável? Estaríamos realmente buscando um desenvolvimento sustentável ou mantendo o modelo existente? Não haveria aí uma contradição, já que as evidências apontam cada vez mais na eliminação dos postos de trabalho, que era uma das preocupações de Malthus pois ele já havia percebido que pobre não compra, donde, portanto, ele deveria ser excluído. Essa exclusão tem-se manifestado em todos os setores produtivos, de diversas formas em todos os pontos do mundo atual.

Essa exclusão tem-se verificado e se manifesta conforme indica a análise feita por Prochnik (1991) sobre a flexibilidade espúria das firmas, em função da interferência que aquelas estruturas produtivas sofrem pela sua proximidade a pólos mais densamente povoados e diversificados, nos ajudando a entender o que está ocorrendo na estrutura sócio-produtiva de Rancho Queimado. Esse autor observou que no impacto do progresso técnico sobre os diversos aspectos do processo de trabalho, rotatividade, flexibilidade, subcontratação, condições de trabalho, etc., há uma tendência a surgir uma flexibilidade espúria na evolução das relações entre empregadores e trabalhadores. Segundo o autor, a idéia da existência de flexibilidade espúria surgiu do conceito de *Competitividade Espúria* de Fajnzilber (1989) que se caracteriza pela adoção, na América Latina, de um padrão de inserção internacional de sua indústria, marcado por baixa produtividade com competitividade internacional garantida através de subsídios à exportação, exploração intensiva de matérias-primas, salários baixos e condições de trabalho precárias.

Prochnik propõe o que chama de *flexibilidade espúria*, ou seja, aquela na qual coexistem equipamentos e técnicas modernas com salários baixos e condições precárias de vida do trabalhador. A flexibilidade na produção é conseguida pela empresa através da rotatividade da mão-de-obra (no caso da agricultura, através do trabalho infantil, auxílio da vizinhança, bóias frias, trabalhadores temporários e utilização de empréstimo de máquinas por órgãos oficiais, etc.) e também pela subcontratação de parte da produção (através da terceirização), o que tornam a competitividade espúria. Sugere, então, a saída desse padrão de competitividade espúria, buscando-se o ponto de equilíbrio socialmente desejável. A busca de equilíbrio estaria associada à elevação do padrão de vida da economia e padrões de consumo menos distorcidos. Em pesquisa feita nas indústrias calçadistas do Rio Grande do Sul, mostrou que as empresas introduziam técnicas organizacionais sem melhoria das condições de trabalho, ao contrário, aumentavam a exploração. Os direitos dos trabalhadores eram garantidos formalmente mas na prática eram negados. O aumento de horas extras trabalhadas são impostas aos trabalhadores diminuindo a necessidade de esquemas que assegurem a flexibilidade em casos de flutuação da demanda. As empresas adequam as técnicas operacionais aos seus interesses



reproduzindo o capital e promovendo a reprodução social de miseráveis, mantendo, na realidade, um *padrão modernizado e conservador*. (Prochnik, 1991)

No caso das micro e pequenas empresas caseiras, a exemplo da produção familiar de queijo em Rancho Queimado, esta se caracteriza pela forte pulverização, por envolver pequeno número de empregados e pequeno faturamento. São consumidores de insumos produzidos por empresas maiores. Geralmente apresentam baixa produtividade em relação ao trabalho, baixa relação capital/trabalho, custo médio alto, quando contratam empregados, pagam salários baixos, pouca especialização e pequena possibilidade de expansão.

Em Santa Catarina é comum às grandes empresas, principalmente da Região do Vale do Itajaí, utilizarem os serviços de terceiros para elaboração ou complementação de peças e serviços, e esse tipo de atividade vem crescendo não só naquela Região, mas se tornando prática comum em todo Estado. Esse tipo de atividade se desenvolve por famílias que ganham por peça produzida, ou seja, quanto maior o número de peças, babadores, vidros de geleia, ou queijos, produzidas por dia, tanto maior poderá ser o ganho futuro e, dessa forma, as grandes empresas e intermediários se apropriam da mais-valia (Marx, 1986), por trabalhador, por peça elaborada.

É certo que uma grande massa de trabalhadores que não consegue colocação no mercado de trabalho pode desenvolver suas atividades obtendo, ao menos temporariamente, algum rendimento para garantir sua subsistência e de sua família, o que tem o seu lado positivo. No entanto, esse tipo de atividade é crescente, ou seja, as grandes empresas de todos os setores estão preferindo assumir esta prática ao invés de contratar formalmente mais pessoal para o desempenho de suas atividades. No Brasil a contratação de pessoal acarreta uma série de obrigações legais que a oneram, e ela busca alternativas para poder se manter competitiva, dispensando mão-de-obra e, quando necessário, contratando 'por fora' garantindo o aumento da produção pelo livre acesso ao trabalho sazonal e informal, além de se liberar de uma série de responsabilidades contratuais. Essa forma de atuação inviabiliza ao trabalhador uma série de benefícios que ele teria direito se formalmente contratado, além de mascarar o maior lucro, dos intermediários ou empresa, ao optar por esse tipo de saída. Veremos como isso ocorre.

Tentando esclarecer de que forma os excedentes são transferidos da classe trabalhadora e operária para a capitalista, analisamos os capítulos VIII, volume I, e XVIII, XIX, XXIII, volume II de O Capital, onde Marx (1986) explica a formação da mais-valia e acumulação do capital. O trabalhador brasileiro é um dos que mais horas trabalha por semana e, também, que recebe um dos menores salários mínimos do mundo (DIEESE, 1993). Já no caso de ser efetuado por mulheres e crianças, ele é aviltante. A hora trabalhada pelo trabalhador brasileiro, em geral representa um valor pago inferior ao valor pago a um trabalhador de outro país, ou seja, como para trabalhos iguais, remunerações iguais, se forem em mesmas condições, uma parcela maior de

trabalho executado pelo trabalhador individual brasileiro está sendo apropriada pela classe capitalista.

Se a força de trabalho for apropriada e vendida por seu valor, este será determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Ou seja, se o trabalhador gastar seis horas diárias para produzir a sua subsistência, ele precisará trabalhar seis horas diárias para reproduzir sua força de trabalho por dia ou para reproduzir o valor recebido por sua venda.

Por outro lado, é o tempo de mais trabalho em relação ao tempo de trabalho necessário que determinará a taxa de mais-valia, ou o trabalho a mais produzido diariamente, que será transferido do trabalhador para o capitalista.

A jornada de trabalho não é fixa, e é uma grandeza indeterminada e terá seu limite mínimo fixado no período mínimo que for suficiente só para a auto reprodução do trabalhador. Neste caso, como não é uma característica do sistema capitalista a produção para a auto reprodução do trabalhador e sim a formação de excedentes, a jornada de trabalho fica, então, subdividida em dois segmentos, a saber, um que proporciona ao trabalhador garantir a sua subsistência, e outro segmento que teria como dimensão o limite máximo dessa jornada. Vale salientar que o dia tem vinte e quatro horas e a jornada não pode ultrapassar esse limite, além do mais, a própria força de trabalho é limitada física e socialmente e seria impossível sua utilização durante todo o dia seguidamente.

Assim, o capital não tem limites para valorizar-se e o capitalista ao comprar o dia do trabalhador, buscará obter o máximo de trabalho nas horas físico e socialmente disponíveis que o trabalhador tiver. O capitalista, ao aumentar a jornada de trabalho faz fluir do trabalhador um quantum maior de sua força de trabalho. Se o trabalhador que tem uma atividade média de trinta anos trabalhar dois terços a mais de horas por dia, estará reduzindo seu tempo de trabalho em dois terços, ou seja, trabalhará em vez de trinta, dez anos e não terá mais as mesmas condições de reprodução. Em decorrência, o capitalista estará se apropriando de dois terços a mais da força de trabalho que se converterá em mercadorias que conterão parte do trabalho do trabalhador. Ele pagará ao trabalhador por um dia de trabalho e, na verdade, se apropriará de três dias.

Ora, a grande empresa ou firma, ao atuar como fornecedora de mercadorias inacabadas (ou em partes de peças) para que sejam concluídas nas microempresas familiares, simplesmente, além de assumirem os encargos que o contrato formal exigiria, atuam como exploradoras da mão-de-obra familiar, como na Revolução Industrial, onde crianças de até seis anos de idade viravam noite para cumprir as tarefas previamente estabelecidas, procedimento que ainda hoje ocorre, a exemplo dos trabalhadores infantis das carvoarias brasileiras, fato divulgado na imprensa brasileira escrita e falada todos os dias. Naquela época, como em algumas áreas do mundo capitalista de hoje, a jornada de trabalho real (ou não estabelecida em lei, não realizada nas grandes empresas, mas a nível doméstico) se estendia a doze, quatorze e quinze horas diárias, com trabalho noturno não remunerado devidamente e refeições feitas

em horários irregulares, entre outros. Exemplificando esta ocorrência, em Santa Catarina, relata-se as palavras de um presidente de sindicato das indústrias moveleiras no norte do Estado a esta autora quando da implantação do Seguro Desemprego em 1986, ‘... Bastaria que as mulheres modeladoras de artefato de madeira trabalhassem umas quatorze horas diariamente, que elas tirariam até uns dois salários mínimos por mês...’ como se esse salário representasse suas perdas diárias e as reais remunerações pelo seus dispêndios físicos e de seus familiares.

A fim de manter a competitividade, a firma investe em técnicas operacionais e tecnologias, e o investimento feito em máquinas e equipamentos não pode ficar ocioso. O capitalista tem que aproveitar todo tempo possível. Evitando a ociosidade, fazendo seus empregados trabalharem quase ininterruptamente e em determinado ritmo, mesmo que para isso mantenha turnos contínuos, e o trabalhador atue em períodos alternados. Isso se completa com o trabalho avulso, feito a qualquer hora na microempresa de caráter familiar que foge a qualquer tipo de inspeção e punição, possibilitando, assim, a complementação das horas a mais de trabalho almejadas para aumentar os lucros através das peças produzidas e pelo total acumulado, aumentando a flexibilidade espúria pela exploração nelas contida.

Marx afirma o seguinte ‘... a produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz portanto, o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofiação da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalho num prazo determinado mediante o encurtamento do seu tempo de vida...’ (Marx, 1986). Isto se comprova através da desmotivação e desalento da classe trabalhadora. Os resultados preliminares dos questionários preenchidos apontaram também a insatisfação dos entrevistados com os preços pagos pelos produtos no mercado que não compensam os investimentos nem os sacrifícios feitos, além da necessidade de aumento da renda, sempre insuficiente para suprir as necessidades mínimas dos trabalhadores.

A empresa também não assume os acidentes de trabalho enquanto mantenedora da sublocação do trabalho, nesse tipo de relação indireta com as empresas familiares. Ela não assumindo a exploração mediante o aumento da jornada de trabalho, da exploração não aparente da mão-de-obra infantil, etc., se libera perante a justiça trabalhista e social, não evidenciando para a crítica, sua atuação indireta no processo.

Agindo como fornecedora de oportunidades aos pequenos empresários emergentes e a indústria familiar, para os olhos do Estado e da população em geral significa estar aumentando a oferta de empregos e colaborando na expansão da produção, e não da exploração. Além disso, o trabalhador a quem ela entrega sua mercadoria, não é visto como um trabalhador, operário de fábrica sujeito à controles rígidos de produção e horários, mas um produtor independente, um futuro empresário, capitalista como o dono da firma, que atua livremente no mercado.

Outra forma de mascarar a transferência de excedente produzido, se evidencia pelo salário pago ao trabalhador. Se o salário é calculado por tempo, por hora, considerando-se oito horas trabalhadas por dia, o valor diário da força de trabalho será resultado da relação entre o salário (o mínimo estabelecido em lei) pelo número de dias do mês, em média trinta, e esse resultado será novamente calculado em relação ao número de horas da jornada de trabalho, também estabelecido aqui em lei e que é de oito horas diárias para a maioria das ocupações. Estabelece-se, dessa forma, o quanto deve ser pago ao trabalhador pela venda de sua força de trabalho, por hora trabalhada.

Quando o capitalista contrata o trabalhador por hora trabalhada, e não mais por mês, deixa de considerar o tempo necessário à reprodução dessa força de trabalho e o trabalhador não terá mais garantido o suficiente para conseguir se sustentar necessitando trabalhar mais horas para atingir esse objetivo. Vejamos através de um exemplo como é que isso ocorre: suponhamos que o salário por oito horas diárias estabelecidos por uma empresa seja de R\$ 300,00 ao mês. Isso significa, pelo cálculo anterior que o trabalhador, mensalista ganharia R\$ 1,25 por hora trabalhada. Se o capitalista contratar o empregado para trabalhar para ele, não por mês, mas por hora, no desempenho das mesmas funções, o seu salário será o seguinte: semana de cinco dias a oito horas por dia = R\$ 50,00. Em quatro semanas esse trabalhador ganharia R\$ 200,00, ou R\$ 225,00 se considerarmos quatro semanas e meia. O salário que serviu de base para o cálculo das horas diárias é rebaixado para 66,66% . O capitalista ficaria com a diferença, ou seja, a parte integrante do total necessário à reprodução da força de trabalho por um mês de atividade. Essa diferença seria para remunerar o final de semana desse trabalhador, o seu repouso remunerado. Portanto, pagando por hora, equivale apenas a vinte dias de um mês que foi trabalhado integralmente. Ao agir assim o capitalista não deixará de se apropriar do sobre-trabalho contido no produto elaborado pelo trabalhador, só não assumindo as horas necessárias à sua reprodução. Quebrando a regularidade da ocupação, atende aos seus interesses, cujo maior é o de se apropriar do sobre-trabalho; gerando um excedente de desempregados que ficarão ao seu dispor, manterá estoques disponíveis, níveis salariais baixos, garantindo maiores taxas de lucro e a flexibilidade de sua empresa, quando necessário. O excedente formado capacitará o capitalista a comprimir o preço pago ao trabalhador. Com essa queda, inversamente ele poderá elevar ainda mais o tempo de trabalho.

Quando o salário é estabelecido por peça o que ocorre não é muito diferente o que justifica os acordos feitos com as micro e pequenas empresas familiares. Se não fosse dessa forma, essa prática não teria se expandido tanto.

Enquanto no salário por tempo de trabalho é medido por sua duração direta, no salário por peça ele é medido '*... pelo quantum de produtos em que o trabalho se condensa durante determinado período de tempo..*' (Marx, 1986).

Nesse tipo de contrato, o produto deve ser da melhor qualidade para 'merecer' o salário pago integralmente pelo contratante. Como exemplo podemos citar a classificação feita pelas empresa fumageiras que nunca classificam o fumo comprado pelo produtor como sendo da melhor qualidade, pagando por ele

sempre um preço abaixo do real, apropriando-se, evidentemente, do trabalho excedente que é excluído na classificação, possibilitando, dessa forma, os descontos e as fraudes dessas grandes empresas.

O trabalhador ao trabalhar por peça, terá que produzir uma quantidade suficiente por dia para que o contratante mantenha o seu contrato. Do contrário, outro ocupará seu lugar. Por outro lado, a empresa não se preocupa com quem fica a responsabilidade pela execução da tarefa, possibilitando o aparecimento de intermediários entre o capitalista e o trabalhador. Esse trabalho pode ser subarrendado por outras empresas possibilitando o aparecimento de um ganho intermediário de outro trabalhador que também se apropriará de parte do preço do trabalho do trabalhador que realmente fez a mercadoria (quarterização).

Trabalhando por peça, o trabalhador intensifica sua força de trabalho para concluir o maior número de peças o possível e dispor de um salário maior. Prolonga, então, suas horas de trabalho e se esse trabalho é desenvolvido fora da fábrica, em sua casa, há a agravante do envolvimento de outros membros da família. Age, assim, sem se aperceber que, dessa maneira, como o pagamento por peça é constante e estabelecido previamente, o aumento de peças produzidas por hora trabalhada implicará na redução de seu preço de trabalho. Ele, então, ganha menos por peça produzida e não mais, e transfere mais à firma que se apropriará desse trabalho excedente contido nas peças feitas. Sobre isso, afirma Marx: " ... o salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que cresce o número de peças produzidas durante o mesmo tempo, isto é, em que diminui o tempo de trabalho empregado na mesma peça... " (Marx, 1986) É, pois, esse trabalho parcelar a forma mais adequada ao modo de produção capitalista. É dessa forma que o capital se reproduz e que mantém a firma competitiva. Essa forma impulsiona o rebaixamento dos salários e prolonga indiretamente a jornada de trabalho. E é por isso que prevalecem nas relações de assalariamento esse tipo de contratação na agricultura empresarial, já mecanizada, por cesto colhido, por dia, pelos bóias frias, nunca possibilitando a eles obter um rendimento superior ao necessário a sua subsistência. Malthus em 1815, faz a seguinte observação sobre o trabalho por peça: " ... confesso que vejo com desgosto à grande difusão da prática do pagamento por peça. Trabalho realmente duro, durante doze ou quatorze horas por dia, ou durante qualquer período mais longo, é demais para o ser humano... " (Malthus, 1986) mostrando também sua preocupação com as práticas exploratórias de sua época.

Resta compreendermos, também, como o capitalista aumenta a acumulação do capital pela extração do trabalho excedente que se apropria, e como isso ocorre no trabalho integrado entre grande empresas e pequenas microempresas familiares.

Quando Marx se refere à finalidade da força de trabalho, afirma o seguinte: " ... sua finalidade é a valorização do capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta

*desse modo de produção. Só a medida que mantém os meios de produção como o capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável...*" (Marx, 1986) ou seja, é através da extração do mais trabalho que o trabalhador produz, que o capitalista aumenta seu capital. E é somente através do trabalho excedente do trabalhador, e não da máquina, pois esta não produz mais-valia. O trabalhador só existe para valorizar o capital e isso se evidencia através da produtividade social do trabalho que para Marx " ... se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto... " (Marx, 1986).

O que ocorre na relação grande empresa e microempresa familiar é que a grande empresa faz a expropriação direta do mais trabalho produzido pela microempresa via mais-trabalho produzido coletivo, (este é obtido, aparentemente, de forma isolada, independente e individualmente ) que se dirige como excedente ao proprietário particular dos meios de produção, o capitalista, que o transforma em capital. Essa expropriação se faz por meio das leis capitalistas, por meio da centralização do capital que, quanto mais explora, mais se fortalece e centraliza. Donde se conclui que o trabalhador da microempresa particular ao trabalhar em sistema integrado com a grande empresa, transfere a esta um excedente maior de trabalho. Esse excedente será maior se a microempresa não estiver regularizada e não divulgar os valores reais que ela produz para a grande empresa. Sonegando a informação, a grande empresa ganha duplamente. Esse ganho se torna ainda maior se considerarmos as isenções de impostos e taxas obtidos, tanto pela micro como pela grande empresa. Neste caso, a última leva mais vantagem pois se apropria indiretamente das isenções da microempresa, pois suas mercadorias diminuem seus custos de produção, além de vender essas mercadorias pelo valor de mercado, aumentando seu lucro. A microempresa tem várias isenções trabalhistas e previdenciárias que também favorecerão indiretamente a grande empresa que utiliza seus serviços. Perdem os empregados que serão prejudicados na contribuição sindical, FGTS, previdência, seguros, etc.. A grande empresa consegue maior flexibilização, mercado consumidor para seus produtos, direciona o mercado, garante mão-de-obra barata para os períodos de maior produção, sem as tensões que o desemprego provoca, além de contar com a disponibilidade de mão-de-obra treinada para contratar a baixo salário. Além disso, ela garante mercado para compra de equipamentos obsoletos e sobra de matéria-prima para elaboração de outras mercadorias e, acima de tudo, mantém os níveis de salário sempre abaixo ou oscilando com folga nas fases de ampliação da produção.

A microempresa ao transferir o excedente de trabalho, mais-valia, para a grande empresa, permite a expansão desta, impondo a si própria, portanto, as condições de sua existência ou falência futura.

Na flexibilidade espúria coexistem equipamentos e técnicas modernas com salários baixos e condições precárias de vida do trabalhador. A flexibilidade na produção é conseguida pelas empresas através da rotatividade da mão-de-obra e também pela subcontratação de parte da produção, o que tornam a

competitividade espúria. Há possibilidade da implantação de novas técnicas operacionais ser marcada pelo confronto capital e trabalho, possibilitando a flexibilidade espúria em outros setores.

Ajustam-se, portanto, os exemplos anteriormente citados pois o autor enquadra a subcontratação de parte da produção como uma das pré-condições para existir flexibilidade espúria e, segundo Marx, ela se explica pela própria expansão capitalista.

Se analisássemos o contexto sob a ótica do equilíbrio dos mercados, veríamos que também se explicaria, pois a necessidade das empresas buscarem este equilíbrio faz com que muitas vezes optem pela redução dos seus custos dispensando a mão-de-obra que, para sobreviver, se organiza no mercado informal, trabalhando muitas vezes para a mesma empresa através de sua subcontratação.

### **2.1.2 - A perspectiva Ecodesenvolvimentista**

A ótica ecodesenvolvimentista procura revelar os aspectos físico-geográficos ambientais e institucionais, bem como a evolução econômica, demográfica e social, levando a uma compreensão dos principais fatores que condicionaram e efetivaram a estrutura sócio-econômica em seus vários campos, nos possibilitando conhecer seu potencial econômico e sua problemática com fins de minimizá-los.

Grande parte dos fundamentos teóricos que orientaram a elaboração deste trabalho, basearam-se no Projeto de Pesquisa Interdisciplinar " Indústria Catarinense e Ecodesenvolvimento" , do qual fizemos parte, coordenado por Vieira (1993), que adotou os trabalhos de Ignacy Sachs elaborados a partir das primeiras análises sistêmicas sobre os limites do crescimento econômico apresentadas no contexto da Conferência de Stockholm em 1972.

O conceito de ecodesenvolvimento foi introduzido por Maurice Strong em 1973 para caracterizar uma concepção alternativa, potencialmente fértil para direcionar ações em zonas rurais dos países em desenvolvimento e sensível à preocupação ambiental. Esta concepção anti-tecnocrática preconizava uma gestão mais racional dos ecossistemas locais aliada à valorização da criatividade das populações envolvidas no processo.

Um ano mais tarde Ignacy Sachs (1974) reelabora o conceito, passando a designar, num primeiro momento ecodesenvolvimento como um estilo de desenvolvimento aplicável a projetos não só rurais, mas também urbanos, opostos à diretriz mimético-dependente tradicionalmente adotada nos países pobres, orientado pela busca de autonomia e satisfação prioritária de necessidades básicas das populações envolvidas. A integração da dimensão do meio ambiente é pensada não apenas como uma espécie de coação suplementar, mas na qualidade de um amplo potencial de recursos a ser corretamente identificado com ajuda da pesquisa científica e valorizado segundo critérios de prudência ecológica. O uso do termo estilo faz ressaltar

neste contexto a problemática do controle social das opções que se situam ao nível das finalidades e instrumentalidades do processo.

O conceito designa também uma diretriz de ação visando facilitar a formulação de políticas e estratégias específicas de harmonização entre as atividades sócio-econômico e a gestão racional do meio ambiente biofísico e construído. (Sachs, 1974).

Neste texto fundamental, a problemática de base incluía os princípios de solidariedade sincrônica e diacrônica entre gerações, bem como de prioridade à busca de satisfação de necessidades básicas. Combinados à tomada de consciência dos limites e da vulnerabilidade de base de recursos naturais, esses princípios permitem o resgate da dimensão ecológica para o fortalecimento da tese relativa à necessidade de uma luta contra a desigualdade social e a dependência no e sobre o Terceiro Mundo.

A crise ambiental resulta fundamentalmente de um desequilíbrio profundo das condições de regulação de um processo de desenvolvimento sócio-econômico conduzido à luz de um padrão produtivista de racionalização social. Do ponto de vista da economia do meio ambiente ali defendida, o subsistema econômico das sociedades contemporâneas não considera adequadamente as dimensões decisivas do meio ambiente enquanto 1) fornecedor de recursos naturais e receptor de dejetos das atividades humanas, 2) espaço onde se dão as interações entre processos naturais e sociais, e 3) " habitat" em sentido amplo, englobando a qualidade de vida e trabalho das populações. Os recursos não são vistos senão sob o ângulo da sua disponibilidade no mercado e de seu preço; o mesmo pode ser dito do espaço, do qual o caráter de meio vivo e dotado de uma estrutura complexa e diferenciada é ignorado; e quanto à qualidade do meio, ela é considerada apenas na medida em que sua degradação prejudica as condições de produção, seja em termos de recursos utilizados, seja deslocando a atenção direta ou indiretamente para a produtividade da força de trabalho. (Sachs, 1974)

Escapa assim ao campo de visão (e de interesse) do decisor econômico e político o reconhecimento de que as interdependências criadas entre processos naturais e sociais afetam retroativamente as condições de reprodução da vida social, a busca de satisfação de necessidades básicas e, em sentido amplo, a própria qualidade de vida do conjunto das populações. A adoção de estratégias alternativas de desenvolvimento auto-sustentado, provavelmente devam partir do fundamento normativo tríptico do ecodesenvolvimento, e extrapolar a partir daí um conjunto de diretrizes gerais, e os fundamentos podem ser expressos através dos seguintes postulados: (Vieira, 1993)

1) prioridade ao alcance de finalidade sociais. O primeiro postulado salienta, para fins de planejamento, a necessidade de um re-direcionamento do processo de crescimento econômico visando o alcance de objetivos sociais prioritários num contexto de crise mundial: a redução e eliminação dos atuais níveis de miséria e das desigualdades no âmbito de cada nação e entre nações, além da satisfação de necessidades básicas de segmentos sociais até o presente segregados dos benefícios da modernidade. O termo necessidades



é tomado em sentido amplo. Contempla necessidades materiais e psicossociais (autodeterminação, participação política, auto-realização).

Segundo a lógica econômica, e neoclássica, das necessidades básicas, a preocupação por indicadores agregados de crescimento econômico constitui uma condição sem dúvida necessária mas claramente insuficiente para uma avaliação multidimensional da eficácia do processo modernizador. Isso na medida em que o fomento deste processo carrega em si uma dimensão ética e qualitativa que se exprime em opções por projetos de sociedade, dimensão esta ausente da lista de indicadores macroeconômicos disponíveis e especialmente daqueles que medem o volume e as taxas de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB).

Deste ponto de vista, um elevado índice de crescimento material pode coexistir com uma dinâmica perversa de mal-desenvolvimento; um tipo de crescimento pela desigualdade social e pela destruição progressiva tanto do substrato biofísico da vida social quanto da capacidade de auto-determinação e iniciativa criadora das populações. Ao mesmo tempo, Sachs nos mostra que a poluição gerada pela miséria exprime uma manifestação particularmente virulenta de degradação do meio ambiente natural e construído. (Sachs, 1986<sup>a</sup>: Sigal, 1977, In: Vieira, 1993)

2) valorização da autonomia. Pode ser entendido como a busca de um maior grau de controle dos aspectos cruciais do processo de desenvolvimento através da ação da sociedade civil organizada. Atribui-se portanto às comunidades a nível local, microrregional ou regional um potencial a ser canalizado para maximizar a utilização de recursos disponíveis visando a busca de satisfação de suas necessidades básicas, sem incorrer com isso em auto-suficiência ou isolacionismo.

Na área específica do desenvolvimento científico-tecnológico, o componente essencial de uma estratégia baseada na autonomia seria a instauração de uma capacidade para gerar e colocar em ação os produtos científico-tecnológicos que um processo decisório participativo seleciona para serem supridos com recursos (financeiros, institucionais e técnicos) tanto locais quanto externos. Esta estratégia demandaria um esforço de harmonização de tecnologias as mais diversas do ponto de vista das intensidades em capital e trabalho, de forma a permitir o melhor uso possível dos recursos locais.

Em termos de busca de alternativas ao padrão de uso da tecnologia em vigor, seria recomendável serem adotadas políticas de desenvolvimento tecnológico apropriadas aos diversos contextos sub-regionais do território catarinense. Isto conduziria a uma avaliação mais criteriosa das condições de viabilidade de projetos de industrialização descentralizada e em pequena escala, pensada como mecanismo de contenção da evasão de parte das populações rurais, valorizando-se ao máximo os recursos da biomassa terrestre e aquática e as conquistas recentes da pesquisa biotecnológica. Quanto à demanda energética, seria oportuno estimular sistematicamente a pesquisa de fontes alternativas pouco intensivas em capital.

3) busca de uma relação equilibrada com a natureza, ou seja, harmonia, sociedade-natureza. Pressupõe o abandono do padrão arrogante de relacionamento com o meio ambiente biofísico instaurado pela modernidade à luz do reducionismo econômico. Sugere o aprendizado de um padrão alternativo, pautado pela relação de simbiose com a natureza. A busca de respeito à dinâmica de equilíbrio ecossistêmica e às necessidades de sobrevivência e evolução das gerações atuais e futuras alia-se aqui à consideração atenta e cientificamente competente dos imperativos de viabilidade econômica.

Dado que as abordagens que tratam dos aspectos eminentemente econômicas ou sociológicas revelam-se incapazes de fornecer explicações suficientemente consistentes e abrangentes sobre o desenvolvimento sustentável de áreas específicas, há, pois, necessidade de levar-se em consideração o meio ambiente e suas inter-relações, alertando sobre os reflexos no desempenho da sócio-economia.

A questão espacial foi discutida por muitos autores, entre os quais Silva, (1978) que afirma que o espaço regional tem-se configurado a partir do movimento territorial do capital, como relação social de produção, em interação com o quadro físico e com as potencialidades naturais. Entende-se aí o capital como elemento organizador e integrador da vida coletiva, conferindo unidade econômica aos elementos naturais e sociais que caracterizam determinada região. Para Silva, deve-se considerar a rede urbana como capital fixo da sociedade, e a força de trabalho, como capital variável. O capital social resultante, concentra-se e centraliza-se setorial e espacialmente pela própria natureza do seu processo acumulativo. É, então, a própria sociedade que produz o espaço e é em seu movimento no território que o capital vai determinar a geografia da história da sociedade. Ao Estado cabe apenas proporcionar meios para a recuperação da qualidade de vida da população, preservar o meio ambiente, a infra-estrutura urbana e o controle dos focos de tensão social. (Silva, 1978)

### **2.1.3 - A perspectiva do Desenvolvimento Sustentável**

O desenvolvimento sustentável está baseado no tripé sócio-econômico e ecológico como segmentos importantes em sua construção. Uma análise que pretenda argumentar esse tipo de visão não pode priorizar somente alguns aspectos, os sociais, econômicos ou ambientais. Baseados nisso, assinalaremos, então, alguns dos objetos desses segmentos.

A sociologia tenta explicar a ação social, sua organização, cultura, motivações e estímulos, os valores que regem suas atitudes perante os grupos e os recursos naturais. Além disso proporcionam técnicas sociais que permitem induzir a ação social coordenada, inibir atitudes nocivas, promover associações, fazer acordos sociais alternativos ajudando no desenvolvimento da qualidade de vida. Ao propiciar um conjunto de técnicas sociais, são capazes de induzir à ação social coordenada, e essa perspectiva ajuda a alavancagem do processo. (Revista Finanças & Desenvolvimento, 1993)

Nos anos pós guerra a ótica econômica, predominante no ocidente, se preocupou apenas em maximizar os lucros como forma de desenvolver o mundo industrializado, não importando os desequilíbrios com o meio ambiente, e sem refletir adequadamente nos mercados as perdas tocantes as questões sociais. A partir da década de 60 percebe-se a necessidade de focar a pobreza e a distribuição de renda e o modelo de crescimento é então direcionado para o aumento da capacidade do consumo e possível melhoria nos padrões de vida das populações. Nos anos 80, amplia-se este modelo com a inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável, com alusões claras sobre a preocupação com o meio, pelas perdas tanto da qualidade de vida, quanto dos problemas ambientais decorrente do crescimento econômico.

A Revista Finanças & Desenvolvimento (1993) apresenta reportagem onde Munasinghe ao analisar essas questões afirma que a economia ambiental tem como objetivo " *... maximizar o bem-estar líquido da atividade econômica, sem deixar de manter ou aumentar, ao longo do tempo, o conjunto de bens econômicos, ecológicos e sócio-culturais (para garantir a sustentabilidade da renda e a equidade de geração para geração) e sem deixar de oferecer uma rede de segurança para atender às necessidades básicas e proteger os pobres...*" contribuindo assim para a equidade de cada geração. (Revista Finanças & Desenvolvimento 1993)

Sejenovich diz que o objetivo essencial do desenvolvimento sustentável " *... é elevar a qualidade de vida, mediante a maximização a longo prazo do potencial produtivo dos ecossistemas, através de tecnologias adequadas a estes fins, e mediante a ativa participação das populações nas decisões fundamentais ao desenvolvimento...*" (Sejenovich, e Panário, 1996). Para atingir-se esta sustentabilidade deverão ser considerados simultaneamente todos os sistemas; o ecológico, econômico e social. Segundo o autor, " *... A sustentabilidade ecológica nos impulsiona a adotar sistemas de manejo de recursos e suas tecnologias correspondentes - compatíveis aos processos regenerativos - mediante transformações desejáveis às características do habitat, que logrem também o uso integral dos recursos. A sustentabilidade econômica determinará a consideração de todos os custos (incluindo os derivados da reprodução da natureza) e todos os benefícios (incluindo os gerados pelo uso integral). A sustentabilidade social dependerá de que as condições e qualidade de vida das populações envolvidas, se elevem substancialmente e que ele além disso motive o interesse de sua ativa participação nas distintas instâncias do processo.*" (Sejenovich e Panário, 1996)

#### **2.1.4 - Proposta de conceito de Qualidade de Vida**

A visão de desenvolvimento sustentável pretende esclarecer o conceito de Qualidade de vida. Muitos autores a definem, sob diversas óticas. Sejenovich (1996) estabelece seu conceito " *... a partir do vínculo dinâmico entre o indivíduo e seu ambiente, donde a satisfação das necessidades implica a participação contínua e criativa do sujeito na transformação da realidade. Isso significa um processo em que o conflito dinamiza e impulsiona o desenvolvimento tanto individual como social. Significa também situações*

*sempre em mudanças nas que existe um projeto futuro. O sujeito individual ou coletivo percebe suas necessidades e satisfações e avalia a qualidade de vida desde seu próprio pensamento, que está determinado pelo lugar ocupado por este sujeito na estrutura social, num momento determinado e em uma sociedade determinada".* (Sejenovich e Panário, 1996)

Hankiss (1978) a define como, a soma dos valores de uso realizados, absorvidos os consumidos, referindo-se ao que ele denomina qualidade de vida objetiva; também define uma qualidade de vida subjetiva como o agregado dos valores de uso percebidos de forma subjetiva pela gente, é dizer, o tom o sentido de bem estar ou mal estar experimentado durante dito uso. Maslow em 1954, estabelece uma pirâmide onde estariam dispostas suas prioridades para ter-se qualidade de vida. Na base desta pirâmide estariam as necessidades fisiológicas de satisfação do homem, sede, sexo, vestimenta e moradia; mais acima assinala a segurança, tranqüilidade, ordem e estabilidade; integram o terceiro nível o sentido de propriedade. E a necessidade de amor; num quarto nível estaria a estimativa incluindo o respeito a si mesmo e o sentimento de êxito; no ápice da pirâmide estaria a auto - realização para o chegar-se a um desenvolvimento pleno quanto a perfeição e criatividade. (Sejenovich e Panário, 1996)

Bellia trabalha essa questão sob a ótica da economia do meio ambiente, relacionando-a ao bem-estar que é atingido através do ótimo social. A economia do bem-estar objetiva " ... estudar a alocação eficiente dos recursos de uma sociedade. Como os recursos são escassos, a alocação ótima será aquela que maximiza o bem-estar de produtores e consumidores, subordinada às limitações das quantidades disponíveis... " (Bellia, 1996). Chama atenção, no entanto, para a problemática do significado do " ótimo social" que só ocorre num mercado perfeitamente competitivo, que é quase inexistente, o que pode significar a redução do bem-estar decorrentes das formas de organização dominantes envolvendo os monopólios (um só produtor); oligopólios (poucos produtores); monopsonios e oligopsonios (apenas um ou poucos compradores).

Nossa proposta de conceito de qualidade de vida se resume a uma única palavra: AMOR. Parece estranho que se proponha um conceito utilizando somente esta palavra. Explica-se baseados no seguinte: o individualismo exacerba o egoísmo, a maldade, o desrespeito e daí decorrem todas as práticas que interferem na qualidade de vida das pessoas. A prática do amor impõem o respeito, harmonia, solidariedade que ajudarão a diminuir o egoísmo, as desigualdades e miséria. Posta em prática ter-se-á a transformação para uma outra sociedade, uma sociedade pautada em outras formas de procedimento porque se baseará na prática do Amor, o único bem que levamos conosco para sempre. De nada adiantará o desenvolvimento, seja ele qual for, se a sociedade planetária em grande parte tiver de ser excluída pela falta de suporte para suas populações, pelo esgotamento das condições de vida no planeta Terra.

## **2.2 - Metodologia**

### **2.2.1 - A definição da área de pesquisa - Rancho Queimado**

Neste item pretende-se detalhar os procedimentos da pesquisa de campo realizada e as dificuldades encontradas para se atingir os objetivos propostos no projeto. Com vistas a espelhar o que está ocorrendo nas propriedades de Rio do Cocho, Mangueira, Acesso à 282, Taquaras e Mato Francês, no município de Rancho Queimado, aplicaram-se 75 questionários em propriedades, escolhidas pela Prefeitura Municipal, e que resumem as observações feitas em 1997, nas disciplinas Avaliação de Impacto Ambiental e Sustentabilidade Aplicada, do Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Contou-se com a participação de estudantes entrevistadores da rede municipal de ensino, além dos alunos mestrandos.

Adotou-se como metodologia a pesquisa de campo, com entrevistas ao chefe de família, seguida de processamento manual das informações e tabulações estatísticas, tendo em vista o pequeno número de questionários preenchidos.

### **2.2.2 - O Questionário - Problemas, Estrutura e Objetivos**

Foram aplicados 11 (onze) questionários em Rio do Cocho, 16 (dezesesseis) em Mangueira, 19 (dezenove) no Acesso à 282, 16 (dezesesseis) em Taquaras e 13 (treze) em Mato Francês. Os seguintes aspectos foram abordados: a caracterização da família e as expectativas pessoais dos envolvidos; a infraestrutura interna e externa; a propriedade da terra; a proteção de encostas; reflorestamento; atendimento a saúde e lazer; a educação e as expectativas pessoais dos envolvidos. A elaboração do questionário visava captar, de forma mais ampla o possível, a diversidade do contexto sócio-ambiental com vistas a composição do banco de dados básicos para o município. Salientamos, porém, que nem todas as questões levantadas foram citadas e analisadas neste trabalho devido ao grande volume e complexidade das informações, conforme pode se observado no questionário (Anexo). Outras informações que não foram incluídas nos questionários mas consideradas de importância para complementar as análises, basearam-se nos relatos dados durante as visitas.

Vários problemas metodológicos para elaboração dos questionários, foram detectados. Citaremos alguns que mais prejudicaram: 1) o elevado número de questões e abrangência de assunto exigiu muito tempo para seu preenchimento no campo, tornando cansativo tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador; 2) questões subjetivas, se não são elaboradas sob técnicas específicas, inviabilizam a tabulação e prejudicam os resultados finais. Para consecução dos resultados tabulados a seguir apresentados, precisou-se reelaborar os questionários preenchidos para facilitar a computação de seus dados. Isso resultou num esforço maior de tabulação e na necessidade de abandonarmos determinados assuntos que poderiam ser tratados. Por outro lado, é imprescindível a formação de um sistema complementar de dados estatísticos que seja capaz de reforçar a base disponível de informações relacionadas à demografia, urbanização intensiva, saneamento básico, educação e saúde, emprego e desemprego, que permitam o avanço das pesquisas sobre indicadores agregados de desempenho na economia num

horizonte de internalização da dimensão ambiental na formulação de estratégias alternativas que visem o desenvolvimento sustentável.

Contemplou-se uma revisão bibliográfica com vistas ao tratamento analítico das questões relativas com binômio " meio ambiente e desenvolvimento sustentável" , dando-se ênfase aos aspectos sócio-econômicos e a disponibilidade de outras informações sobre o município em questão.

### **2.2.3 - Os Indicadores de Qualidade de Vida**

No campo da formação de indicadores, foram priorizados a curva de Lorenz, para a caracterização da dimensão demográfica e dos índices de distribuição da terra e da renda, os fluxos migratórios, os salários médios e os Índices de Carência Social, considerados pertinentes a uma abordagem comparativa do rendimento global da economia catarinense face a realidade vigente em outros Estados brasileiros e mesmo no contexto internacional. Foram feitas correlações entre as seguintes variáveis: educação e renda; educação e separação do lixo; educação e destino dado as embalagens; educação e limpeza das embalagens; educação e local das lavações; educação e uso de água tratada; educação e hábito de ferver a água; educação e existência de banheiro no interior da casa; educação e destino dado ao esgoto; educação e interesse em reflorestar; educação e disposição para investir; renda e número de dependentes; renda e atendimento à saúde; renda e custo do transporte; renda e condição da propriedade; renda e área total; renda e bens móveis; renda e benfeitorias; faixa etária e disposição para investir; e forma de aproveitamento da propriedade e topografia. Na parte final do trabalho apresenta-se o rol de sugestões dadas pelos entrevistados para melhoria da qualidade de vida e de sua propriedade.

#### **2.2.3.1 - Índice de Condição de Sobrevivência - ICS**

Nos cálculos do Índice de Condição de Sobrevivência, cujo objetivo é de mensurar as diferenças espaciais nas condições de vida e de sobrevivência de crianças em todos os municípios brasileiros, foram utilizados os procedimentos *standard* adotados pelo IBGE. As explicações sobre a utilização dos índices são detalhadas no contexto do trabalho e seus conceitos e fórmulas são expressos a seguir. **ICS** é o somatório dos índices de carência.

$$\text{ICS} = \text{IV1} + \text{IV2} + \text{IV3} + \text{IV4} / 4$$

Para elaboração do referido índice foram utilizadas as seguintes variáveis:

**IV1 = % de crianças de 0 a 6 anos vivendo em domicílios onde o chefe de família despe de renda de até um salário mínimo;**

**IV2 = % de crianças de 0 a 6 anos vivendo em domicílios onde o chefe de família é homem e tem menos de um ano de estudo;**

**IV3 = % de crianças de 0 a 6 anos vivendo em domicílios onde o chefe de família é mulher e tem menos de um ano de estudo;**

**IV4 = % de crianças de 0 a 6 anos vivendo em domicílios com abastecimento de água e saneamento inadequados.**

Quando o ICS se aproxima de um, as condições de sobrevivência são piores, melhorando quando esse valor se aproxima de zero, ou seja:

valor do ICS entre 1,00 e 0,50 = condição de sobrevivência precária ou baixa

valor do ICS entre 0,49 e 0,30 = condição de sobrevivência intermediária

valor do ICS entre 0,29 e 0,00 = condição de sobrevivência alta ou boa.

**2.2.3.2 - Índice de Gini e Curva de Lorenz**

O índice de concentração de Gini constitui uma medida de dispersão relativa e normalizada e é estabelecido a partir do quociente entre o desvio absoluto médio e o dobro da média aritmética da série estatística em estudo. É uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). Será utilizado para estabelecer a concentração da terra a partir de dados referentes aos anos de 1970 e 1985 por indisponibilidade de informações mais recentes a nível de município. Os disponíveis, referentes ao ano de 1995 são de outra fonte, o INCRA, tornando sua utilização inviável por problemas metodológicos. A curva de Lorenz é utilizada para visualizar a distribuição da terra em função da renda auferida pelos proprietários, medindo seu grau de desigualdade. Gira em torno de um eixo de 45°, e representa a curva de distribuição ideal da renda ou de igualdade absoluta.

## Capítulo III

### EM BUSCA DO CAMINHO DAS HORTÊNSIAS

#### 3.1 - Aspectos Géio-biofísico

O município de Rancho Queimado localiza-se junto as encostas e escarpas da Serra Geral, ocupando uma área de 240,00 km<sup>2</sup>, latitude 27°42'30" e longitude 48°52'11". Faz divisa com os seguintes municípios: Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, Angelina, Leoberto Leal, Alfredo Wagner e Anitápolis.

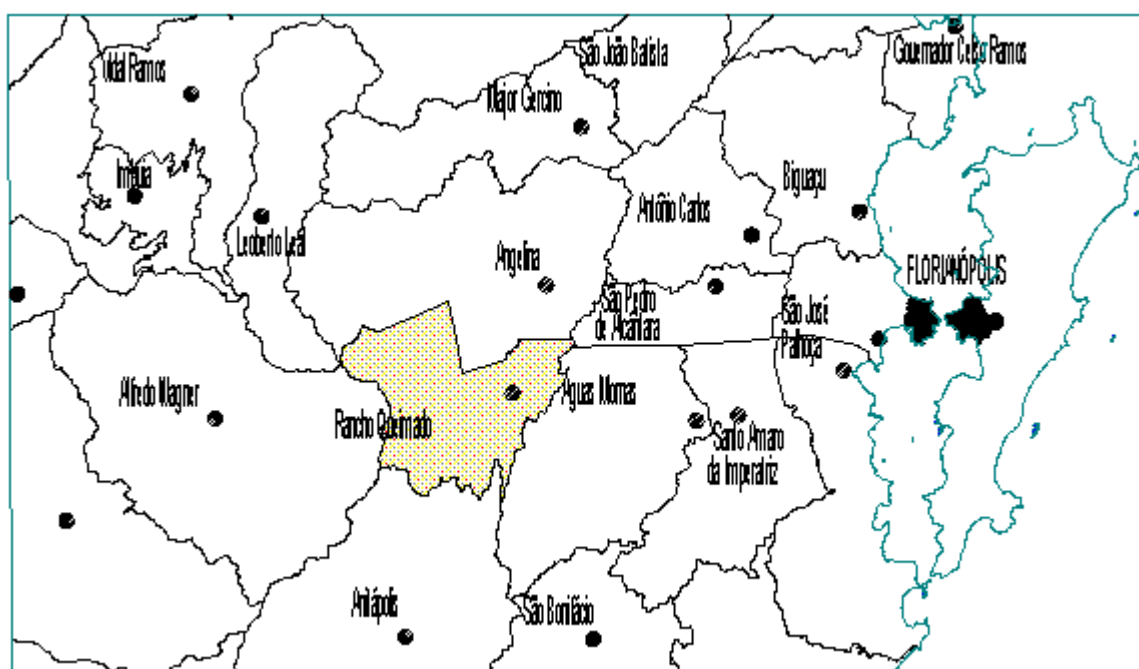


Figura 1 - Localização espacial do município de Rancho Queimado

De relevo acidentado, com altitude média de 820 metros, tem nos Campos da Boa Vista seu ponto mais elevado, atingindo 1.280 metros. Além deste relevo proporcionar elevado valor de diversidade à paisagem, determina ao seu território um estratégico divisor geográfico das águas que drenam as bacias hidrográficas do Rio Itajaí-açú, a oeste; do Rio Tubarão, ao sul e Rio Cubatão, a leste. As encostas são formadas por solos não perfeitamente desenvolvidos, sendo, portanto, frágeis e sujeitos a erosão e instabilidade em situações de corte e/ou exposição dos horizontes inferiores. Como cotas de insolação total anual para região de Rancho Queimado, prevalecem as isotérmicas de 2.000 a 2.200 horas anuais, representando o número de horas de brilho solar na superfície do solo. O perfil original da floresta Ombrófila Mista tem-se modificado sistematicamente em decorrência da contínua exploração agrícola e extrativismo. Em termos gerais, os principais fatores que levaram a estas alterações foram a retirada de madeira de lei e de qualidade e o desmatamento raso realizado para abrir espaços para as atividades agropecuárias.



Os trabalhos de Gaiessi, Carvalho e Sabino (1988); Sell (1996); Paris, Uysséa e Espellet Vieira (1988); Franzoni, Silva e Rocha (1988); Zitzkewisz (1994) e o relatório " Rancho Queimado preservando seus caminhos" , realizado em 1977 na disciplina Sustentabilidade Aplicada, coordenado pela professora Sandra Sulamita Nahas Baasch, foram essenciais para obtenção das informações a seguir apresentadas.

### **3.1.1 - Clima**

O clima predominante é o mesotérmico úmido, com temperaturas médias anuais entre 14 e 18°C. A precipitação média anual é de 1.600mm, distribuída em um número de dias de chuva entre 80 a 100 dias. A média anual de umidade relativa situa-se entre 80 e 85%.

### **3.1.2 - Solo**

Predominam na região três classes de solos: Cambissolos, com base de depósitos sedimentares do quaternário, Cambissolos e Podzólico Vermelho-Amarelo com base sedimentar e Cambissolo e Podzólico Vermelho-Amarelo de base granito-gnássica.

### **3.1.3 - Cobertura Vegetal**

A área em estudo está compreendida pela Floresta Ombrófila Mista e Savanas, situadas na parte leste do Estado de Santa Catarina, entre o planalto e o oceano. Originalmente, entre as espécies nobres ocorriam na área a imbuia (*Ocotea porosa*) canela-lajeana (*Ocotea pulchella*) e a canela-amarela (cf. *Nectandra lanceolata*), o pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) e a erva-mate (*Ilex paraguayensis*).

### **3.1.4 - Recursos Hídricos**

O território de Rancho Queimado apresenta as seguintes bacias hidrográficas: a oeste, Rio Itajaí-açú; ao sul, Rio Tubarão e; a leste, Rio Cubatão. Do alto de suas encostas, protegidas pela vegetação nativa, brotam as nascentes d'água que alimentam o Rio Tijucas, que corre pela vertente norte, compondo no seu curso rios, cascatas e cachoeiras. Seus rios principais são: Rio Quebra Dentes, do Francês, Taquaras, Invernadinha, Ressaca, Pinheral, Bonito, Lageado, Capivaras, Rio das Antas e Scharff.

### **3.1.5 - Recursos naturais X Impactos Ambientais**

O perfil da floresta original do município de Rancho Queimado tem-se modificado sistematicamente pela contínua exploração agrícola e o extrativismo na área ocupada pela floresta Ombrófila Mista. Em termos gerais, os principais fatores que levaram a estas alterações foram a retirada de madeiras de lei e de qualidade, bem como o desmatamento raso realizado para abrir espaços para as atividades agropecuárias. As encostas, formadas por solos não perfeitamente desenvolvidos tornam-se frágeis e sujeitos a erosão, além de apresentarem instabilidade em situação de corte e/ou exposição dos

horizontes inferiores. Como, via de regra, seus horizontes A e B são pouco espessos, estes são facilmente removidos em situações de uso. A agroindústria também compartilha para o aumento dos impactos pela ausência de assistência técnica adequada e integral na condução das atividades agrícolas desde as previsões de plantio, condução das culturas, rendimentos esperados, estudos de mercado e orientação à comercialização. De mesma importância a questão pecuária, apresenta-se com necessidades de melhoria genética, manejo, instalações e também à comercialização.

## **3.2 - O processo de Colonização e Povoamento de Rancho Queimado**

### **3.2.1 - 1º etapa - As origens do município**

Para compreender-se os condicionantes estruturais da conformação do processo de desenvolvimento sócio-econômico no município de Rancho Queimado, serão apresentados a seguir, alguns aspectos da evolução histórica de Santa Catarina, iniciando-se pela política expansionista portuguesa que marginalizou por mais de dois séculos a região sul do país. Apenas no final do século XVII, através do desenvolvimento da mineração, esta região começa a se integrar economicamente ao restante do território. Esta atividade acabou favorecendo o aproveitamento dos rebanhos de gado dos pampas sulinos pelos paulistas. Silva <sup>a</sup> (1978). Dos três núcleos de povoamento estabelecidos implantados pela Capitania de Santa Catarina no litoral a partir de 1658, São Francisco do Sul constituiu, por algum tempo, o ponto extremo da frente de ocupação pioneira do território brasileiro. Laguna representou o núcleo central de apoio dos caçadores de gado oriundos de São Paulo. E Desterro, a fortaleza portuguesa e ponto de apoio da navegação que demandava o Prata. Só em 1725 os lagunenses penetraram nos pampas, mas já em 1727, com a abertura da estrada dos conventos, subindo o rio Araranguá até os campos de Lages, define-se a grande rota do deslocamento do gado do Rio Grande do Sul para São Paulo.

No decorrer do século XVIII, o Rio Grande do Sul torna-se a maior fonte de abastecimento de gado para as feiras de Sorocaba, em São Paulo, que funcionava como entreposto no contexto das atividades de mineração. O caminho de Araranguá, que ligava o litoral de Santa Catarina ao planalto, acaba sendo substituído pela via que atravessava os campos de Vacarias e atingia Lages. Esta via corresponde hoje, com pequenas alterações, ao trajeto da BR-116, em Santa Catarina. Os "caminhos do gado" dão origem não só a diversos núcleos de povoamento, dentre os quais Lages, mas definem uma primeira rota de passagem por Santa Catarina, deixando isolados os três núcleos litorâneos pioneiros.

A primeira leva de imigrantes alemães alcança o Estado em 1829, com a criação de duas colônias oficiais localizadas entre o planalto de Lages e a capital. A colonização alemã do século XIX assentou-se sobre a pequena propriedade, de 20 a 30 ha, gerida pelo grupo familiar. Em sua maioria agricultores-artesãos, esses imigrantes estavam habituados a um nível de vida mais elevado, em contraste tanto com os trabalhadores sediados nas fazendas de exportação quanto com os açorianos inseridos num circuito econômico de

subsistência. Disponham também de algum tipo de especialização, seja em termos de *know-how* agrícola, artesanal, comercial ou industrial.

O município de Rancho Queimado teve suas origens ligadas a entrada da colonização do Sudeste de Santa Catarina, representando importante ponto econômico entre o litoral e o velho caminho de Lages. Dados do relatório anual do " Instituto Educativo Santa Isabel" Stoer (...) apontam esta origem vinculada ao desenvolvimento das colônias de Santa Isabel e Theresópolis.

A fundação da colônia de Santa Isabel deveu-se à procura de terras e melhores condições econômicas por parte dos colonos oriundos de São Pedro de Alcântara, a primeira colonização alemã do Estado (1829) que encontraram na confluência dos rios dos Bugres e Cubatão o canteiro propício ao estabelecimento dos imigrantes evangélicos, a partir de 1845.

Em 1847 chegaram 256 imigrantes de Hinsbruck (Alemanha), católicos em sua maioria e quase todos profissionais ferreiros. Estes primeiros moradores locais, além das dificuldades de fixação pelas constantes ameaças de índios, animais selvagens e peçonhentos, sentiam as conseqüências de suas formações religiosas, com provocações de moradores tanto da igreja católica quanto da evangélica, trazidas provavelmente do sentimento pátrio, já que naquela época eram conhecidos os posicionamentos religiosos dominantes na Europa, além da influência das guerras napoleônicas que os motivaram a buscar terras livres para prática de uma agricultura que os permitissem viver com maior segurança e tranqüilidade.

O controle das terras, exercido pelo governo central, impedia o desenvolvimento de uma colonização mais direcionada. Faltavam as bases financeiras prometida pelo governo, impedindo o progresso local. Apesar disso, o interesse em civilizar o caminho do planalto favoreceu o comércio com os tropeiros que faziam o caminho planalto/litoral. No início do povoamento a vocação econômica era, portanto, de comércio, ficando para segundo plano a prática agrícola. A partir de 1862 a região recebeu imigrantes exclusivamente evangélicos que haviam trabalhado como diaristas nas plantações de café nas fazendas de Minas Gerais. Estes, desacostumados ao calor tropical, rumam ao Sul em busca de um clima e condições mais propícias. Na época em que chegaram, a comunidade de Santa Isabel já contava com 412 cabeças e 101 fogões. Stoer ( ... )

Em 1869 a freguesia de Santa Isabel passa a condição de distrito municipal, mas os primeiros anos de colonização foram bem precários pela falta de qualquer tipo de apoio, inclusive religioso. Os batizados e casamentos eram realizados em São José, por um padre católico, pois o casamento evangélico não era reconhecido perante as leis brasileiras. Dessa forma, a fé religiosa trazida era mantida no núcleo familiar, o que causava muitas pendengas e ofensas por parte dos moradores de fé diferente da dominante, a católica.

Até 1860 o cemitério era comum às duas religiões. A partir daí os evangélicos conseguem um cemitério próprio e a construção, em mutirão, de uma capela de madeira. Foram envolvidas vinte e três famílias que conseguem este feito

graças ao apoio do embaixador da Suíça que interferiu junto ao presidente do Estado, para evitar que se perdessem não só a religião, mas a cultura e a história dos imigrantes.

Através dos primeiros registros, tem-se a inserção da colônia reconhecida na economia do Estado e a nomeação de pastores evangélicos para o acompanhamento da comunidade, tanto espiritual quanto material. Em determinado período, o desenvolvimento do município esteve vinculado tanto à participação da comunidade através de ações conjuntas visando sua própria sobrevivência, quanto ao trabalho pastoral prestado pelos evangélicos que não mediram esforços para manter unidos e com fé seus moradores. A colônia de Theresópolis, fundada em 1860, teve seus primeiros quarenta colonizadores também oriundos da Alemanha que haviam trabalhado também como diaristas nas fazendas de café. Estes, porém, no Rio de Janeiro.

Era comum a desconfiança que os imigrantes tinham dos funcionários brasileiros. Ocorriam constantes brigas entre os recém-chegados, o que interferia no processo de colonização. Algumas vezes os materiais solicitados a outros mercados, que poderiam favorecer o desenvolvimento tecnológico da região, novos teares e matéria-prima, por exemplo, apresentavam tão alto custo de transporte, que tornavam inviável qualquer iniciativa neste sentido, além do que, não existiam escolas na comunidade para preparação técnica da mão-de-obra, sendo a cultura transmitida no lar. Este problema só foi resolvido em 1863/64 com a construção do primeiro estabelecimento de ensino, por iniciativa do pastor protestante, visando atender a todos os filhos de colonos da comunidade. Nesta escola, integral, os alunos ajudavam trabalhando para pagar uma parte de seu sustento. Funcionava, também, como internato para os alunos que vinham de comunidades mais distantes. Havia subsídio enviado por instituições alemãs e suíças que contribuíam regularmente para sua manutenção.

Entre 1865 e 1868 o número de alunos matriculados passa de quarenta rapazes, exigindo a compra de novas terras para ampliação da escola. As aulas foram ministradas pelo pastor e sua esposa até 1870, quando é contratado um professor para esse fim. Funda-se mais uma escola na comunidade de Theresópolis.

Entre 1874 e 1878 a Colônia prospera e era regular o comércio com o litoral além de desenvolverem-se atividades manuais de sapateiros, curtumes e seleiros. A vocação econômica da região estava determinada. Bastava apenas que fossem abertas estradas e se possibilitasse o estabelecimento de algumas indústrias básicas, já que eram reconhecidos os frutos da educação e organização recebidos pelos membros dessa Colônia. Isso não ocorreu ficando a comunidade limitada as práticas que atendessem somente as necessidades locais.

Em 1879 registram-se as primeiras vítimas da falta de infra-estrutura, a disenteria vermelha. Naquela época eram os pastores que prestavam assistência à saúde, não só da comunidade, mas até do Sul do Estado, pois faltavam médicos formados para atendimento aos necessitados.

No final do século passado e início deste, era evidente a disputa entre pastores protestantes e sacerdotes católicos pela manutenção de seus rebanhos. A preocupação dos pastores não era só pelo bem-estar da comunidade mais, principalmente, no sentido de manter escolas e institutos que possibilitassem a formação dos moradores da região. Eles conseguiram formar fundos com vistas a manutenção da escola de internos, já que a Colônia de Santa Isabel não dispunha de posição econômica privilegiada. O isolamento da comunidade deveu-se aos interesses voltados mais à Alemanha, festejando-se, inclusive, as datas comemorativas de reis europeus, e a dificuldade de integração com as populações do Brasil, tanto pela língua quanto pela falta de um sistema viário que facilitasse essa integração. Possuíam um jornal evangélico, o "Christenbote" que ajudava não só na interlocução das coisas religiosas mas, principalmente, na preservação dos interesses e cultura dos imigrantes. Em 1909 após serem criadas muitas escolas coloniais, o Instituto de Confinados encerra suas atividades devido ao seu esvaziamento.

A partir de 1917 o Brasil entra em estado de guerra com a Alemanha dificultando ainda mais a vida daqueles que se transferiram para Santa Catarina e não se integraram com as demais comunidades, mantendo-se a economia local em situação precária, pois faltavam estradas transitáveis e boas escolas. Isso em decorrência da falta de interesse por parte do governo brasileiro em dar as condições mínimas ao desenvolvimento destas populações alemãs. Alguns projetos educacionais foram implantados mas faliram por falta de apoio financeiro e compreensão dos familiares que não permitiam a ausência dos filhos em tempo integral nos internatos.

A revolução de 1930 teve também seus reflexos sobre os imigrantes de Rancho Queimado, sendo as primeiras vítimas as escolas protestantes que cederam lugar às escolas católicas. As rivalidades e inimizades entre famílias alemãs que imigraram e migraram para o Estado, também podem ter sido fatores que tornaram a localidade isolada e decadente com sua economia fechada e de subsistência.

Faziam parte da estrutura econômica do município em 1932, as seguintes empresas: uma cervejaria; uma grande charqueada; uma padaria; diversas casas de comércio; uma farmácia; um cartório e um posto do correio.

O Distrito desmembra-se de São José e sua emancipação política se dá em 08/11/62 tornando-se município do Estado. Sua área é de 264 km<sup>2</sup> e um dos menos populosos, 2.373 habitantes segundo o último Censo.

### **3.2.2 - 2º etapa - Marcos importantes que favoreceram o processo**

O estabelecimento da pecuária no Planalto catarinense não ocorre conforme a dinâmica verificada no Rio Grande do Sul dos séculos XVII e XVIII, passados. No rol das explicações possíveis destacam-se as dificuldades de comunicação entre os Campos de Lages e o Litoral, além da qualidade superior das pastagens gaúchas, onde passa a ser observada maior acumulação de capital através da grande exploração comercial do charque. A vila de Lages, sem comunicação com o litoral e interligada apenas à vilas de Curitiba e São Paulo,

tornou-se centro de criação de gado e permaneceu cercada de latifúndios, pois contava com reduzido número de moradores e ritmo lento de crescimento durante o século XVIII. Dela, entretanto, partiram os pioneiros que descobriram e desbravaram a região de Campos Novos e Curitibanos, chegando a alcançar as coxilhas gaúchas e o oeste.

A colonização açoriana de Santa Catarina atingiu também, além da Ilha de Santa Catarina, o litoral próximo, de São Miguel às proximidades de Laguna, conforme política deliberada de organização econômico-fundiária assentada na pequena propriedade. Os cerca de 4.000 imigrantes açorianos recrutados constituíam, em sua ampla maioria, camponeses ou pescadores pobres que ocuparam lotes que, além de exíguos, acabaram sendo distribuídos de forma inadequada. Além dessas limitações os açorianos sofreram mais agudamente o peso do estatuto colonial. Isto exprime-se através dos constantes recrutamentos para fins militares, na medida em que a função estratégica dos primeiros assentamentos gira em torno da defesa do território e da expansão do domínio português no extremo sul.

No rol das atividades econômicas básicas da ilha, por volta da segunda metade do século XVIII, incluíam-se a pesca, a agricultura de subsistência e o comércio, além do pequeno artesanato urbano. Destes três setores, o que apresentou maior desenvolvimento acabou sendo a pesca. Esta sempre desempenhou função essencial na economia de subsistência do litoral de Santa Catarina. Contudo, no século XVIII, a conservação do peixe pela salga e, sobretudo, a exploração da pesca da baleia e de alguns derivados formaram uma das atividades básicas da economia catarinense. A pesca da baleia constitui provavelmente, neste século, a atividade econômica mais significativa, chegando a arregimentar um contingente não negligenciável de mão de obra escrava. Desenvolvida em diversas armações, fundadas na Ilha de Santa Catarina e no litoral próximo, atingiu seu auge na década de 1780/1790.

A economia catarinense não desenvolveu nenhuma fonte de riqueza estável no período colonial, pois não foi organizada em função de um produto de exportação. Nesse sentido, sua inserção no circuito mercantil formado pelos pólos da economia agro exportadora acabou sendo muito limitada, impedindo o acúmulo de um excedente capitalizado em áreas específicas, capazes de induzir um processo sustentado de desenvolvimento ou mesmo de favorecer a implantação de núcleos urbanos de maior porte.

No caso de Blumenau, por exemplo, o crescimento urbano esteve condicionado pela formação de excedentes da produção rural gerados pelas micro-empresas produtoras de alimentos e pelo nível de especialização produtiva dos colonos. Constituíram-se e/ou dinamizaram-se entre 1860 e 1868 os seguintes povoados: Indaial, Rio do Sul, Brusque, Pomerode e Timbó. Itajaí acaba sendo o primeiro município do Vale a se integrar à região de Blumenau, cuja economia, nesta primeira fase, baseava-se nos excedentes da produção agrícola e agro-industrial, compondo-se de farinha de mandioca, cana-de-açúcar, fumo, arroz, laticínios, etc. Dispunha em 1879 de quatro cervejarias, doze olarias, quatro engenhos de arroz, oitenta e oito engenhos de mandioca e dezoito serrarias. A partir de 1880 implantam-se as seguintes indústrias: a

malharia Hering (1880), duas tecelagens de algodão, Karsten (1882) e Garcia (1885), além de outros estabelecimentos menores entre os quais, alambiques, moinhos, curtumes, ferrarias, tipografias. Neste período Blumenau já consegue exportar produtos alimentícios, madeiras e fumo, enquanto a indústria têxtil conquista o Vale do Itajaí e o resto do Estado.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914/1918) consolida-se a economia de Blumenau, a partir da expansão e da consolidação do parque industrial então existente. Tem início um processo de especialização crescente do ramo têxtil, que favorece uma integração cada vez mais significativa ao mercado nacional. Esta integração crescente favorece, por sua vez, a dinamização dos ramos alimentar e têxtil.

Em função de sua localização e, talvez, de seu reduzido dinamismo agrícola, Joinville expande-se em direção ao planalto norte. Centrada na comercialização da erva-mate e da madeira, a evolução de seu parque industrial a partir de 1880 processa-se paralelamente à de Blumenau.

Entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial fundam-se as primeiras indústrias, além de importantes estabelecimentos comerciais de erva-mate. Com as restrições as importações impostas pela guerra, o mercado interno apresenta crescimento contínuo, e desenvolve-se o parque industrial da cidade, coerente com o processo de substituição de importações em curso no País. A construção da estrada Dona Francisca veio favorecer o escoamento de parcela significativa do comércio de erva-mate e de madeira até o porto de São Francisco.

Tanto em Joinville quanto em Blumenau, assume importância decisiva na implantação do parque industrial a participação de imigrantes especializados. Todavia, enquanto em Blumenau a absorção comercial do excedente agrícola constitui a base da acumulação do capital, pelo menos na primeira fase da industrialização, em Joinville, foi o comércio e o beneficiamento dos recursos extrativos, que acabaram induzindo a expansão industrial.

O Estado adquire autonomia política no contexto da Independência, esquivando-se à hegemonia exercida tanto pelo Rio Grande do Sul quanto por São Paulo - de onde partiram seus colonizadores de origem lusitana. Nesta mesma época o país começa a fomentar os primeiros movimentos de imigração, com base na promulgação de legislação que possibilita a aquisição de terras por parte de cidadãos estrangeiros.

O povoamento ocorrido no século XIX em Santa Catarina não se restringe à dinamização dos pólos de Blumenau, Joinville e Brusque. A partir de 1875, com a chegada da corrente imigratória italiana, composta na maioria de camponeses, formam-se os núcleos de Urussanga, Turvo, Criciúma, Tubarão, Orleães e Lauro Muller, no sul do Estado. Os italianos desenvolvem uma agricultura de subsistência, combinada com a pesca nos núcleos litorâneos, a criação de gado e/ou a exploração vegetal. Introduzem além disso técnicas inovadoras de irrigação para a cultura do arroz e a vinicultura.

Estudos geológicos sobre extrativismo mineral indicam, desde o século XIX, a existência de jazidas carboníferas na região, e em 1861 começa a ser explorado economicamente as jazidas de carvão mineral descobertas em Lauro Muller. Em 1874 inicia-se a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina que, concluída em 1885, ligará as áreas carboníferas ao porto de Laguna. Até 1914, por causa da conhecida qualidade inferior do carvão nacional e dada a própria facilidade de importação do produto estrangeiro, a indústria extrativa nacional não se desenvolveu, com exceção de algumas iniciativas isoladas. Somente a partir de 1930 e, particularmente, com a instalação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, é que o carvão assume papel central na economia sul catarinense, definindo a estrutura urbana das áreas próximas.

A definição dos limites territoriais do Estado a oeste e o desenvolvimento de alguns núcleos de colonização no litoral marcam os primeiros trinta anos deste século. Em 1930 o Oeste catarinense encontra-se ainda em plena dinâmica de colonização, agregando à exploração florestal da madeira e erva-mate, a agricultura camponesa de pequenas propriedades oriunda do Rio Grande do Sul, que se concretizará tendo como base o binômio milho/suíno, definindo assim as perspectivas da região como fornecedora de alimentos integrada ao mercado nacional.

A incorporação do Oeste à economia de mercado, a partir do movimento de expansão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul e da estrada de ferro de passagem entre o Extremo Sul e São Paulo, constitui mais um dos condicionantes estruturais na formação econômica urbana de Santa Catarina.

A consolidação dos processos de imigração nas zonas de colonização alemã até 1930, o acentuado fluxo migratório gaúcho e o crescimento vegetativo redimensionam as forças produtivas e o limitado mercado estadual, propiciando um alargamento da divisão do trabalho rural/urbana, prevalecendo na economia catarinense duas características fundamentais: inexistência de um produto básico na pauta de exportação e a presença de uma série de produtos que, juntos, sustentavam a economia do Estado. Além do mate, manteiga, banha, madeira e farinha de mandioca, os tecidos que já vinham sendo produzidos desde o final do século XIX, começaram a ter representatividade a partir da Primeira Guerra Mundial, delineando a curva da exportação total catarinense. A estrutura econômica do Estado e a diversidade de suas exportações podem ter sido resultado do seu processo de povoamento e colonização que engendrou quatro núcleos isolados (Desterro, São Francisco, Laguna e Lages), que não foram organizados em função da economia colonial, mas, sobretudo, como simples suportes da penetração lusitana e paulista no extremo-sul brasileiro.

O processo de colonização possibilitou a progressiva integração das várias zonas do Estado ao mercado nacional e, condicionado pela estrutura geográfica peculiar de Santa Catarina, formou um conjunto de regiões econômicas marcadas pela autonomia: o Vale do Itajaí, centralizado por Blumenau e articulado externamente pelo porto de Itajaí; o Nordeste, liderado por Joinville, com interesses econômicos ligados ao Planalto Norte e o porto de



São Francisco; o Sul, tendo por escoadouro e centro de convergência Laguna; o Oeste, cuja dinâmica se centraliza no municípios de Joaçaba e Chapecó e está vinculada à expansão da fronteira gaúcha; e Florianópolis, cujo desenvolvimento tinha todas as desvantagens de acesso por sua sede estar localizada na Ilha de Santa Catarina. Isto exprime a existência de uma rede urbana com características peculiares, onde não se constata primazia de nenhum dos pólos sobre os demais. Esta situação inibiu por muito tempo o desenvolvimento de atividades econômicas baseadas no modelo agro-exportador, pois não se constituiu um excedente capitalizado em uma dada área que fosse considerado capaz de gerar um núcleo centralizador da rede urbana estadual.

Ao contrário, a economia catarinense permanece sintonizada, até o final da década de 20, com um padrão de agricultura camponesa diversificada e com práticas extrativistas, mantendo várias zonas relativamente auto-suficientes e que, à medida que se especializam, voltam-se para demandas oriundas dos pólos dinâmicos da economia nacional. Por outro lado, era reduzida e rarefeita a massa demográfica do Estado, e sua geografia física, ao invés de unificá-lo, acaba fragmentando-o em áreas independentes. O sistema de transportes implantado, ao mesmo tempo que responde à progressiva integração aos pólos de economia agro-exportadora, (refletindo-se na organização geo-econômica do território catarinense), reforçou e condicionou até recentemente o isolamento relativo de suas sub-regiões.

O processo de colonização catarinense teve como característica sua inserção no modo de produção capitalista, a partir do final do século XIX. Seu desenvolvimento se revela através de concentrações espaciais de produção, com conseqüências que têm se refletido no aprofundamento das desigualdades, tanto regionais, quanto sociais e ambientais, processo que vem se observando em todo seu território e recentemente na região da Grande Florianópolis, tanto pela readequação da economia quanto pela expansão imobiliária.

O município de Rancho Queimado resente-se dessas transformações em suas formas de produção acusando declínio de suas atividades e mesmo da população residente. Tradicionalmente a forma de produção daquele município era a familiar, de subsistência. Hoje mantêm-se as tradicionais, em menor progressão, mas convive-se com outras formas cujas relações ainda estão sendo introduzidas. É perceptível a expansão capitalista que apresenta seus tentáculos, mostrando outra etapa do seu desenvolvimento através do surgimento de outras formas produtivas no município. A alienação da população que pouco participa do processo ou que se evade, nada mais é do que adequação pela troca das populações que deverão assumir o processo.

Na produção familiar, de subsistência, há pouca circulação de mercadorias, capital e de dinheiro. Neste caso, a propriedade fundiária é a fortuna e o único capital usuário. Nestas propriedades prevalece uma estrutura familiar em que a vontade do pai (Senhor) é determinante, todavia, convive-se num sistema dominante cujas relações são estabelecidas pelo dinheiro, e não somente pela

vontade do Senhor, nem sempre suficientemente preparado para as imposições capitalistas, cada vez mais avançadas.

O problema posto se encontra, portanto, na estrutura fundiária do município e na sua forma de controle/gerenciamento, que não favoreceu a expansão capitalista, mantendo toda região isolada das relações dominantes. O desenvolvimento de outras áreas, a mais próxima Florianópolis, favoreceu a especulação imobiliária, movimentação das populações rurais dispensadas pela venda de suas terras no sentido da busca de novas oportunidades e emprego em outras áreas, o esvaziamento populacional daí decorrente e o desespero do poder público/de comando pela perda dos eleitores (currais eleitorais).

Por outro lado, a cidade não melhorou a qualidade de ensino público com a introdução de escolas mais especializadas, ficando à margem por não dispor de mão-de-obra apta a assumir as exigências que as transformações certamente irão impor. A este respeito Marx assim se referiu a necessidade de constante aperfeiçoamento através da educação e seu custo: " ... *Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se a força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação e educação, que por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis e esse custo será maior ou menor se os custos de formação forem diferentes...*". Marx (1986) Essas considerações chamam atenção para a necessidade de estabelecer-se investimentos em aprendizagem para adequação aos mercados emergentes bem como ao próprio avanço capitalista.

O município não apresenta nenhum tipo de matéria-prima expressiva que possa atrair investimentos, somente o que ainda existe para extração florestal e argila. Neste sentido, a terra, sua água e a qualidade de vida sem agentes poluentes em demasia, representam os produtos a serem consumidos pelo sistema, num processo cada vez mais rápido e excludente.

### **3.2.3 - 3º etapa - A criação do município**

Criado em 08/11/1962 o município de Rancho Queimado faz parte da Microrregião do Tabuleiro e da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis. Sua instalação ocorreu quando no Brasil são introduzidas as propostas reformistas pelo então presidente João Goulart e que favorecerão, posteriormente, as Forças Armadas a promoverem a mudança de regime de governo em 1964. Essas mudanças são fortalecidas pelo planejamento estratégico ditado pelos Estados Unidos e, a partir daí, introduzem no Brasil um modelo que intensificará as relações de dependência decorrentes do próprio desenvolvimento capitalista. Esse deixou nítidas contradições na estrutura sócio-produtiva catarinense, porém integrou o Estado à dinâmica polarizada por outras regiões do país e do contexto internacional. A relação de dependência observada não é exclusiva de Santa Catarina, nem de Rancho Queimado, sendo similar à outras regiões submetidas a processos de ocupação e modernização do território brasileiro, resultado da submissão às diretrizes estratégicas das políticas fixadas pelo poder central. Essas políticas

têm elevado a concentração fundiária, com a formação de grandes propriedades que, quando não monocultoras, nem sempre são produtivas, além de priorizarem culturas para exportação de produtos " in natura" ou semi-manufaturados, em detrimento da produção para consumo interno, submetendo, dessa forma, o mercado brasileiro de maneira geral, a sistemas produtivos exógenos. O " modelo brasileiro de desenvolvimento" , e o crescimento econômico mostraram altos custos sociais e ambientais. Fatores que sugerem o conhecimento das potencialidade de recursos naturais e humanos para um redirecionamento baseado na busca de maior autonomia, equidade social e percepção dos custos sociais e ambientais dentro de um processo modernizador.

Internamente não é diferente o que ocorre nos setores produtivos catarinenses, cuja estrutura tende, cada vez mais, a equiparar-se a média nacional. A quase totalidade dos insumos industriais procedem de outros Estados, aqui são transformados e, em grande parte, destinados à exportação, numa dinâmica cujas conseqüências sociais e ambientais devem ser levadas em conta, além da sua evolução produtiva. Há várias condicionantes estruturais deste processo, entre os quais, a forma como a economia brasileira, no século passado, se inseriu na divisão internacional do trabalho, tendo reflexos sobre a formação da sociedade catarinense emergente, além das prováveis conseqüências futuras desta estruturação.

Nos modelos primário-exportador e de substituição de importações, as vantagens competitivas ocorrem através de mecanismos de troca desigual, o que favorece a concentração da renda, pela transferência de valor de áreas ou país menos desenvolvido àqueles onde o capitalismo está mais avançado. Estas relações também se estabelecem entre regiões cujo preço de mercado é mais favorável às áreas mais desenvolvidas, onde vigoram os padrões de comercialização no qual a vantagem passa a ser do intermediário (comerciante) e não do produtor. As condições internas de produção e as relações produtivas tendem a ser estabelecidas independentemente do mercado, repetindo-se a mesma política de cerceamento estratégico de certas atividades produtivas nas economias subordinadas e o fortalecimento do monopólio das atividades de ponta, mantendo a desigualdade, a coerção, etc., sem, no entanto, alterar a relação capital/trabalho, a exemplo da micro-eletrônica que modifica o processo de trabalho criando polarização de funções e da força de trabalho na medida que avança em vários setores, exigindo a formação de um pequeno número de empresas que vão deter o processo, além de levar a uma concentração do poder e dos espaços de produção, exemplos que se tornam cada vez mais freqüentes.

Ao mercado interno coube desenvolver culturas que costumam despertar pouco interesse comercial, fortalecendo a hipótese de que " *as inovações tecnológicas que despontam no horizonte dos países desenvolvidos tendem a acentuar o hiato e a dependência tecnológica e, assim, agravar as tensões e a instabilidade política dos países em desenvolvimento*" . (Rattner, 1987. In: Vieira, 1993).

Na esfera da economia política, as decisões têm sido tomadas pela cúpula governamental onde as diretrizes fundamentais vêm sendo estipuladas e negociadas sem uma consideração criteriosa e estratégica sobre as peculiaridades próprias de cada região. Portanto, ao serem assumidas pelo setor público, não são levados em conta os anseios das comunidades, o que têm contribuído para sua exclusão e inversões cada vez mais vultosas em infra-estrutura de transportes, comunicações e energia.

Apesar da predominância do capital catarinense no setor industrial, em função do grande número de pequenas e médias empresas em sua estrutura produtiva, mesmo assim seu parque reproduz o que as determinações internacionais permitem e os ritmos e dimensões dos investimentos são comandados pelo movimento da economia brasileira de forma dependente quase sempre do prognóstico de perspectivas possíveis com relação a estabilidade econômica e política do País. (Vieira, 1993).

O Estado exerceu três funções básicas de sustentação dos interesses empresariais, a saber: consumidor, produtor e financiador das atividades produtivas, viabilizando o processo de acumulação privada, funcionando como substituto do fraco potencial de consumo interno e legitimando as práticas de superfaturamento. Como produtor, ofereceu à iniciativa privada, a preços subsidiados, produtos e insumos de valor estratégico, como aço e energia, e como financiador, tem mantido a política de empréstimos subsidiados. Para aquele autor, "*...a industrialização brasileira efetivou-se como expansão da produção da riqueza capitalista, sob a forma de mercadoria, que se processou apenas sob extensão, por um lado, de déficits, dívidas e colapsos institucionais, e de outro, de super-exploração da força de trabalho.*" (Vieira, 1993)

Quanto à oferta de infra-estrutura de desenvolvimento científico-tecnológico, a ação governamental se limitou a estimular a proliferação de cursos de nível superior e a expansão dos sistemas de pós-graduação destinados a suprir aos ramos profissionais considerados mais pertinentes para o aprofundamento da padronização tecnológica implantada desde a época do regime autoritário e que precisavam ser continuadas conforme exigências do hemisfério norte, em detrimento de concepções e inovações tecnológicas mais ajustadas às especificidades e necessidades locais.

Os resultados econômicos refletem esta dinâmica onde se torna patente a presença de médias e grandes propriedades tanto no setor agrícola quanto no industrial, sendo que este se caracteriza por sua expressiva diversidade. Ainda predominam propriedades de menor porte no setor primário, apesar do processo concentrador das terras ocorrido ao longo da década de 80. Essa tendência está cada vez mais presente facilitada pela integração dos mercados e normatizações que estão sendo introduzidas.

#### **3.2.4 - A estrutura Fundiária**

Em Santa Catarina a distribuição da terra apresenta de média a forte concentração, segundo a análise do Índice de Gini, para os períodos de 1970 e

1985. Este índice mede o grau de concentração de uma distribuição, e cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). Naquele ano o Gini calculado acusou 0,62 contra 0,66 para 1985, evidenciando a transferência de populações das pequenas áreas agrícolas distribuídas por todo território catarinense e a tendência à diminuição da área média cultivada. Em 1970, 59% dos estabelecimentos com até 20 ha, ocupavam 16% da área total e em 1985 os estabelecimentos desse mesmo grupo ocupavam 66% e detinham 18% da área cultivada no Estado.

Tabela 1 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE SANTA CATARINA - 1940-1985

Ano	Estabelecimento	Área (hectares)		Índice de Gini
		Ocupada	Média	
1940	88.469	4.862.296	55,0	0,6521
1950	104.429	5.318.262	50,9	0,6369
1960	158.268	5.948.950	37,6	0,6397
1970	207.218	7.035.326	33,9	0,6216
1980	216.159	7.473.778	34,6	0,6549
1985	234.973	4.419.543	31,6	0,6622

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário.

Tabela 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA TOTAL - Rancho Queimado (em hectares)

Grupos de Área (ha)	Número de Estabelecimentos				Área Total (ha)			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
1 – 10	08	25	38	112	52	132	225	427
10 – 20	32	30	21	25	443	388	297	340
20 – 50	111	92	95	113	3.663	2.989	3.084	3.701
50 - 100	84	68	77	54	5.568	4.699	5.169	3.715
100 – 200	39	24	25	23	5.214	3.278	3.389	3.126
200 – 500	12	14	22	13	3.680	3.758	6.686	3.515
500 e mais	09	11	09	11	8.268	10.893	8.870	12.945
Total	295	264	287	351	26.888	26.137	27.720	27.769

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

### 3.3 - Composição da População e infra-estrutura básica de Rancho Queimado

A população total residente de Rancho Queimado registrada pelo IBGE em 1991 era de 2.359 habitantes, sendo que 937 (39,72%) residiam na zona urbana e 1.422 (60,27%) na zona rural. Do total 1.212 (51,66%) eram do sexo masculino e 1.134 (48,33%) do feminino. A taxa de crescimento 1980/91 foi decrescente, -0,58, e a densidade demográfica de 8,74 habitantes por km<sup>2</sup>.



Figura 2 - POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE RANCHO QUEIMADO

Fonte: IBGE e SEPLAN/SC

Tabela 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE PROJETADA - 1991 - 2000  
Rancho Queimado

Ano	População
1991	2.346
1992	2.329
1993	2.312
1994	2.294
1995	2.277
1996	2.258
1997	2.240
1998	2.221
1999	2.201
2000	2.182

Fonte: Anuário Estatístico de Santa Catarina - 1994.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, publicado pelo IPEA em 1996, destaca Santa Catarina, juntamente com o Rio Grande do Sul e São Paulo, ocupando posição hierárquica bastante privilegiada em relação ao

Brasil, quanto aos níveis de pobreza de suas populações. O trabalho do IPEA aborda a distribuição da pobreza no País, estabelecido em termos de bem estar proporcionado pela renda auferida per capita. Analisando os resultados, constatou-se que nas últimas décadas houve evolução da pobreza e das desigualdades sociais. A renda média elevou-se com o crescimento econômico registrado a partir da década de 60 mas não beneficiou igualmente todos os grupos, significando um aumento no grau de desigualdade. Houve aumento da fração da renda apropriada pelos 20% mais ricos em 11 pontos percentuais entre 1960 e 1990, enquanto a fração da renda apropriada pelos 50% mais pobres declinou seis pontos. No entanto, há em Rancho Queimado 151 domicílios e 551 pessoas residentes vivendo em condições precárias porque seus chefes de família recebem até 1 SM por mês. (IBGE, 1991).

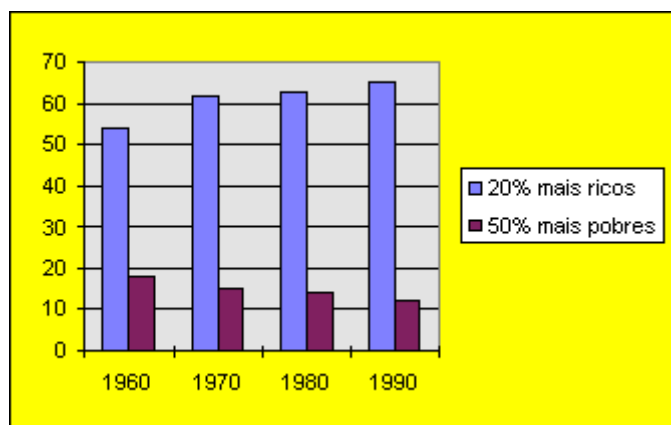


Figura 3 - PARTICIPAÇÃO NA RENDA Brasil (%)

Fonte: Barros, Mendonça e Duarte (1995). In: Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 4 - CHEFES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS CHEFES E SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS (Em S.M.) - Rancho Queimado - 1991

Classes de rendimento nominal médio mensal do chefe do domicílio	TOTAL		URBANA		RURAL	
	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%
Até meio Salário Mínimo	78	12,46	38	14,84	40	10,81
Mais de meio até um SM	117	18,69	40	15,62	77	20,81
Mais de um até dois SM	227	36,26	74	28,90	153	41,35
Mais de dois até	102	16,29	41	16,01	61	16,48

três SM						
Mais de quatro até cinco SM	50	7,98	30	11,71	20	5,40
Mais de cinco até dez SM	31	4,95	20	7,81	11	2,97
Mais de dez até quinze SM	07	1,11	07	2,73	-	-
Mais de quinze até vinte SM	04	0,63	03	1,17	01	0,27
Mais de vinte SM	06	0,95	03	1,17	03	0,81
Sem rendimento	03	0,47	-	-	03	0,81
Sem declaração	01	0,15	-	-	01	0,27
T O T A L	626	100,00	256	100,00	370	100,00

Fonte: Anuário Estatístico de Santa Catarina - 1994.

Do total de chefes particulares permanentes 67,41% têm rendimento nominal médio mensal de até dois SM. Este percentual decresce para 59,36% na área urbana aumentando para 72,97% quando se refere à população rural.

### 3.3.1 - A População Economicamente Ativa

A população Economicamente Ativa de Rancho Queimado em 1986 era de 889 pessoas (GAPLAN-SUEGI, Municípios Catarinenses). Esse indicador mostra a participação de pequena população na riqueza produzida pelo município. São poucas pessoas envolvidas na produção alimentar que abastece não só a Região da Grande Florianópolis, mas outras localidades do Estado e do País.

### 3.3.2 - A População Urbana e Rural

Tabela 5 - PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, URBANA E RURAL, POR GRUPO DE IDADE - Rancho Queimado - 1991

Grupos de idade	Total	urbana	%	Rural	%
< 1 ano	47	25	53,19	22	46,81
1 a 6 anos	297	127	42,76	170	57,24
7 a 10 anos	202	75	37,13	127	62,87



11 a 14 anos	178	65	36,52	113	63,48
15 a 17 anos	135	49	36,30	86	63,70
18 a 59 anos	1.269	498	39,24	771	60,76
60 anos e mais	231	98	42,42	133	57,76
Total	2.359	937	100,00	1.422	100,00

Fonte: IBGE/1991.

### 3.3.3 - Faixas Etárias

É pequeno o número de crianças com menos de um ano de idade (47 indivíduos) em Rancho Queimado. O maior contingente situa-se na faixa etária entre dezoito e cinquenta e nove anos. Existem mais crianças na faixa etária entre um e dezessete anos na zona rural que na urbana e, conforme demonstra a tabela, a população rural do município ainda supera a urbana. (IBGE, 1991).

### 3.3.4 - Nível de Instrução

Não são alfabetizadas ou não declararam ser, 244 pessoas representando 13,05% da população total. Com idade entre 10 e 24 anos existem 37,14% habitantes. Da população total, 86,95% são alfabetizados. Entre os alfabetizados, 40,81% vivem na área urbana e 59,19% na rural. Sem instrução e menos de um ano de estudo encontram-se 122 chefes de domicílios particulares, 29 dos quais, na área urbana. Com 1 ano de estudo concluído, 25 pessoas sendo 14 na área urbana. Entre 2 a 3 anos de estudo concluído 214 pessoas, com 72 na área urbana. Com 4 a 7 anos de estudo concluído, 181 residem na área urbana e 76 chefes de domicílio moravam na zona rural. (IBGE/1991).

Tabela 6 - POPULAÇÃO RESIDENTE COM DISCRIMINAÇÃO DA POPULAÇÃO ALFABETIZADA, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E GRUPOS DE IDADE - Rancho Queimado - 1991

Grupos de Idade	População Total			População alfabetizada		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
(em anos)						
10 a 14	236	87	149	232	86	146
15 a 19	228	83	145	219	83	136
20 a 24	231	92	139	219	88	131

25 a 29	189	74	115	177	72	105
30 a 34	183	75	108	169	73	96
35 a 39	161	67	94	140	58	82
40 a 44	146	68	78	122	57	65
45 a 49	97	26	71	78	21	57
50 a 54	97	34	63	74	27	47
55 a 59	72	28	44	56	25	31
60 a 64	84	32	52	60	27	33
65 a 69	57	21	36	32	16	16
70 a 74	49	25	24	30	17	13
75 a 79	27	13	14	13	09	04
80 ou mais	14	07	07	06	05	01
T O T A L	1.871	732	1.139	1.627	664	963

Fonte: Anuário Estatístico de Santa Catarina - 1994

### 3.3.5 - Saneamento Básico

As questões referentes ao abastecimento de água, tratamento dos esgotos sanitários e destinação dos resíduos sólidos foram analisadas nos contextos rural e urbano. Os resultados de análise de água elaborados pela UFSC em seis pontos distintos do município no mês de junho de 1997, constataram a contaminação de águas superficiais, com possibilidade de contaminação de águas subterrâneas. Os esgotos sanitários são lançados "in natura" nos cursos de água. Na área urbana a água de abastecimento carece de tratamento e os esgotos sanitários são lançados, também, "in natura" nos cursos de água. O destino final dos resíduos sólidos não tem local apropriado e quando ocorre sua separação, a mesma se dá em instalações inadequadas e com reduzido número de pessoas empregadas. É inadequada também a forma como é realizada a compostagem. (Relatório Rancho Queimado preservando seus caminhos, 1997).

No caso específico de Santa Catarina a abrangência das moradias atendidas pelos serviços essenciais de saneamento básico é visualizada na tabela com dados da PNAD referentes a 1995. Ilustra a existência de 3,70 habitantes por domicílio, em média. A canalização interna de água atinge 94,23% dos domicílios, sendo 71,76% deles ligados à rede geral e 28,24% de outra forma. O esgoto sanitário é observado em 95,73% dos domicílios, mas somente

9,48% são ligados à rede coletora. As fossas sépticas abrangem 69,76% dos domicílios do Estado e ligados de outras formas foram constatados 20,76%, englobando esses dois itens 90,52% dos domicílios catarinenses.

Segundo a pesquisa amostral da PNAD, a coleta de lixo se dá na seguinte proporção: diretamente coletado em 71,59%; indiretamente coletado atinge 4,14% e de outra forma, em 24,27% das habitações.

Tabela 7 - CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS CATARINENSES - 1995.

CARACTERÍSTICA	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	NUMERO DE MORADORES
Abastecimento de Água		
Com canalização interna	1.222.922	4.510.374
Rede Geral	877.595	3.167.358
Outro	345.327	1.343.016
Sem canalização interna	74.890	297.265
Rede Geral	12.006	47.443
Outro	62.884	249.822
Esgotamento Sanitário		
Tinham	1.242.361	4.595.569
Rede coletora	117.769	416.193
Fossa Séptica	866.743	3.134.236
Outro	257.849	1.045.140
Não tinham	55.451	212.070
Destino do Lixo		
Coletado diretamente	929.042	3.384.005
Coletado indiretamente	53.747	181.258
Outro	315.023	1.242.376
TOTAL DO ESTADO	1.297.812	4.807.639

Fonte: PNAD/1995.

### 3.3.6 - Educação

Segundo o Anuário Estatístico de Santa Catarina (1994) a rede de ensino do município contava com 19 (dezenove) escolas que ministravam ensino da pré-escola ao segundo grau, distribuindo-se da seguinte maneira: 04 (quatro) atendendo a pré-escola, 14 (quatorze) ao primeiro grau e uma para suprir as necessidades do segundo grau. Essas escolas dispõem de 57 (cinquenta e sete) professores que atendem 420 (quatrocentos e vinte) estudantes. Há também uma unidade de ensino regular de educação especial com 02 (dois)

docentes que atendem 35 (trinta e cinco) educandos. Interessante observar que enquanto dois docentes do ensino especial atendem em média 17,5 estudantes deficientes, o ensino do segundo grau conta com 12 (doze) professores para atenderem 24 (vinte e quatro alunos), representando em média dois alunos por professor, o que sugere um custo bem alto para a educação do município e uma inversão se considerar-se as exigências do ensino especializado para deficientes.

Tabela 8 - QUADRO GERAL DA EDUCAÇÃO - Rancho Queimado - 1991

VARIÁVEIS	Total	Localização		Dependência Administrativa				
		Urbana	Rural	Pública			Particular	
				Total	Federal	Estad	Muni	
.nº de estabelecimentos que ministram								
ensino de Pré-escolar	04	03	01	04	-	02	02	-
Matrícula inicial Pré-escolar	74	57	17	74	-	32	42	-
Matrícula final Pré-escolar	59	42	17	59	-	21	38	-
Pessoal docente Pré-escolar	05	04	01	05	-	02	03	-
.nº de estabelecimentos que ministram								
ensino de Primeiro Grau	14	02	12	14	-	10	04	-
Matrícula inicial de Primeiro Grau	348	231	117	348	-	301	47	-
Matrícula final de Primeiro Grau	337	228	109	337	-	295	42	-
Alunos aprovados de Primeiro Grau	274	175	99	274	-	235	39	-
Pessoal docente de Primeiro Grau	40	28	12	40	-	33	07	-
.nº de estabelecimentos que ministram								
ensino de Segundo Grau	01	01	-	01	-	01	-	-
Matrícula inicial de Segundo Grau	33	33	-	33	-	33	-	-
Matrícula final de	24	24	-	24	-	24	-	-

Segundo Grau								
Alunos aprovados de Segundo Grau	24	24	-	24	-	24	-	-
Pessoal docente de Segundo Grau	12	12	-	12	-	12	-	-
Educação Especial	Há uma unidade de ensino regular com dois docentes e 35 educandos							

Fonte: Anuário Estatístico de Santa Catarina - 1994.

### 3.3.7 - O Sistema Produtivo

O município de Rancho Queimado desenvolve atividades agrícolas, pecuária, agropecuária, silvicultura, avicultura, apicultura e sericultura, não possuindo empresas de médio ou grande porte. Essa estrutura tem assegurado abastecimento adequado às necessidades internas do município e da Grande Florianópolis, diferentemente do que ocorre em algumas áreas de Santa Catarina que apresentam empresas do setor secundário com grande diversidade quanto aos seus tamanhos de planta e linhas de produtos colocados em circulação, para abastecimento de outras áreas. Isso decorre da estrutura produtiva catarinense que está inserida nos sistemas nacional e internacional, de forma bem especializada e acompanhando também sua tendência de especialização sub-regional. A produção do Estado concentra-se nos ramos: extrativista mineral, de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública, resultando em forte complexo industrial que apresenta as seguintes características: é produtor de alimentos; de bens industriais de consumo duráveis, bens de capital e intermediários; ofertante a nível nacional de bens de consumo não duráveis e exportador de produtos manufaturados, onde se destaca como maior fabricante de motores elétricos e refrigeradores da América Latina; é líder na produção nacional de louças de mesa, copos de cristal, móveis residenciais, ferro maleável, compressores, toalhas, tubos e conexões plásticas, se colocando entre os maiores produtores mundiais de cerâmica e frangos congelados.

Com referência a Rancho Queimado, a conclusão da BR-282, que ligou Lages à Florianópolis, despertou a ativação de sua estrutura econômica, o que poderá alterar substancialmente a ocupação e as formas de uso e disposição do solo urbano em favor da comercialização de sua produção agropecuária, pela facilidade de integração e atração que exercem os centros maiores.

Naquele município existiam em 1988 três estabelecimentos industriais: a Fábrica de Bebidas Leonardo Sell, Cerâmica Brungemann Ltda. e a Madeireira Selmur; onze estabelecimentos de comércio varejista, um atacadista e dez empresas prestadoras de serviços diversos, entre as quais, a Prefeitura Municipal, um banco (BESC) e um hotel.

Em 1995, faziam parte das atividades econômicas do Município cinco empresas industriais: a Fábrica de Bebidas Leonardo Sell; a Cerâmica Rex;

uma fábrica de esquadrias de madeira; o frigorífico Frigomar; e uma empresa de Beneficiamento de Madeira, a Valmor Serraria. Sua principal atividade econômica é a agropecuária, correspondendo a 80% da economia e envolvendo 350 pequenas propriedades. Esta estrutura tem sido predominante mas a especulação imobiliária para formação de condomínios de lazer tem aumentado a concentração da área rural e favorecido não só a migração de sua população, como sua transformação da condição de donos da terra, para a de empregados ou meeiros em suas antigas propriedades. É o avanço capitalista que ao diminuir a produção familiar de subsistência, cria outros padrões de consumo, impondo novos mercados e produtos aos novos consumidores.

Segundo o INCRA (1995) se cadastraram 545 propriedades rurais em Rancho Queimado, cuja área correspondia em média a 61,46 ha; 75,6% dos estabelecimentos agrícolas com até 50 ha ocupavam 24% da área total e os estabelecimentos com 500 ha ou mais, somavam menos de 2% do total e ocupavam 31,9% da área agricultável do município.

Os solos são explorados, principalmente, com culturas da cebola, tomate, batata-inglesa, feijão, morango, e outros. Há áreas disponíveis para pastoreios, capoeira e mata. É comum nas propriedades rurais a diversificação das atividades, sendo essas desenvolvidas, normalmente, pelo produtor rural, proprietário ou meeiro, e sua família. A topografia ondulada exclui e determina o plantio, ficando as áreas mais baixas destinadas aos pequenos estabelecimentos, que ocupam até 50 ha, e que normalmente atendem a subsistência do agricultor que, em sua maioria, embora cultivem produtos para venda, mantém hortas caseiras. É, portanto, comum a existência de quintais domésticos, em maior ou menor escala, em praticamente todas as propriedades rurais e neles são plantadas as seguintes culturas: aipim, batata-doce, mandioca, frutas, hortaliças, além de alguns condimentos e plantas medicinais. Ao redor das casas os galinheiros rústicos indicam a criação de aves/galinhas que fornecem ovos e carne, tanto para consumo próprio, quanto para venda de excedentes.

O uso de fertilizantes químicos é cada vez mais comum e as colheitas são feitas contando com a participação dos familiares e com auxílio de arados, o tobata é o mais comum, e alguns são tracionados por bois. Estes, presentes na maioria das propriedades, além dos serviços, fornecem alimento, propiciando a comercialização de suas carnes, leites e derivados.

Fica nítida a inexistência de políticas voltadas para o pequeno agricultor. Esse aspecto abordado por Zitzkewisz (1994) impossibilita-os a permanecer no mercado, " ... *forçando-o a desfazer-se de propriedade e alojar-se em periferias de cidades* ... " além de induzi-los a monocultura e ao insucesso. Isso se dá por desconhecimento acerca da influência dos aspectos topográficos, falta de orientação técnica e consciência sobre a realidade em que vive, ficando o produtor, quase sempre atrelado e dependente do intermediário para o escoamento de sua produção, o que acaba forçando sua exclusão por não conseguir se manter com o pequeno resultado obtido a partir dos investimentos por ele feito em sua propriedade. Essa realidade pode ser comprovada com os

dados divulgados pelo INCRA referentes a 1970, 1985 e 1995 onde mostram-se que os índices de concentração da terra apontam forte aumento do grau de concentração da posse da terra no período de 70 a 85 com diminuição dessa tendência na década de 90. O Índice de Gini evidenciou que a distribuição da terra apresentou concentração média a forte no período de 70 a 85. Demonstrou a tendência da expulsão das populações rurais e diminuição das pequenas áreas de cultivo pois em 70, 51% dos estabelecimentos agrícolas que dispunham de até 50 ha, ocupavam 15% da área total, em 1985 esse segmento passou a totalizar 71% do total e deter 16% da área cultivada do município. Os dados relativos a 1995 mostram que 75% dos estabelecimentos agrícolas com até 50ha ocupam 24% da área total. Os índices retratam que houve mudança das políticas relativas a concentração da terra mas que ainda é séria a concentração que se está observando no município pois enquanto em 1970 os estabelecimentos com mais de 500 ha totalizavam 31% e detinham 3% da área, em 1980 estes totalizavam 47% e detinham 3% da área e em 1995 totalizavam 32% e detinham 2% da área, mostrando que se amenizou o processo de concentração mas ele ainda é bem visível.

Na realidade o que se percebe é o efeito de um processo concentrador da riqueza decorrente de um sistema econômico excludente. Isso é promovido pela desigualdade existente nas relações entre as atividades produtivas desenvolvidas tanto no campo quanto na cidade e entre estas duas áreas. Esta dicotomia resulta do próprio desenvolvimento capitalista cuja essência está na produção pela produção e o surgimento de uma sociedade cada vez mais concentradora, comandada por poucos e a qualquer custo. Quanto ao uso da natureza, esta ao ser privatizada, deu o suporte para o enriquecimento do proprietário capitalista e exclusão dos que dela não podem usufruir nos padrões impostos pelas relações de produção, ficando quase sempre com os prejuízos pelo seu uso inadequado e sofrendo os resultados da deposição dos resíduos produzidos. Estes, despejados indiscriminadamente, são a maior evidência da agressão ao meio ambiente e contradição do modelo vigente.

O lixo urbano, que contamina solos e águas, é o exemplo mais caro e preocupante, porque além desses resultados exige áreas e tratamentos específicos que favoreçam sua decomposição pois, do contrário, as áreas urbanas, as que mais produzem esse tipo de resíduo, terão que conviver com as conseqüências drásticas pelo tempo que é exigido para sua transformação e custo financeiro e social que promove. Uma das indicações é sua utilização como renda aos que dele sobrevivem (catadores de lixo nas periferias das cidades), muitos dos quais, os das classes intermediárias na exploração, que incorporam a visão fictícia de ser um proprietário capitalista, quando na realidade sua condição foi determinada pela ampliação do sistema que o exclui mas que dá a ele somente esta alternativa, resultado, principalmente, da retração de populações rurais pela expulsão do homem da terra, que busca nas zonas urbanas a saída para sua sobrevivência.

## Capítulo IV

### O CAMINHO DE HORTÊNCIAS

#### 4.1 - O resultado temático dos Questionários aplicados

##### 4.1.1- Caracterização familiar

Foram aplicados 75 questionários em cinco áreas específicas do município de Rancho Queimado, a saber: 11 em Rio do Cocho, 16 em Mangueira, 19 no Acesso à BR 282, 16 em Taquaras e 13 em Mato Francês. Entre os entrevistados 52% (34 sujeitos) eram do sexo masculino e 48% (36 sujeitos) do feminino. A maioria dos entrevistados informou ser natural do município (60,8%) ou de Santa Catarina (36,5%) e somente 2,7% vieram de outros Estados. O tempo de residência, em anos, retrata a fixação de 23,3% dos moradores vivendo a até cinco anos, conforme apresenta a tabela seguinte:

Tabela 9 - TEMPO DE RESIDÊNCIA PELOS ENTREVISTADOS (em anos) - Rancho Queimado - 1997

Tempo de residência	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Menos de um ano	01	1,4	01	1,4
de um a três anos	11	15,1	12	16,4
de quatro a cinco anos	05	6,8	17	23,3
de seis a dez anos	06	8,2	23	31,5
de onze a cinquenta anos	41	56,2	64	87,7
mais de cinquenta anos	09	12,3	73	100,0
TOTAL	73	100,0	-	-

Fonte: Pesquisa de campo no município de Rancho Queimado/ elaborado por Márcia Machado

Nota: Deixaram de dar a informação dois entrevistados.

Pesquisou-se também a faixa etária da população alvo e o número de dependentes por família, constatando-se que o maior número de respondentes concentra-se na faixa de idade entre 31 e 50 anos, correspondendo a 52% do



total. O número de dependentes totalizou 224 pessoas e a maior concentração foi de três dependentes por família (34,7%).

Tabela 10 - FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS (em anos) - Rancho Queimado - 1997.

Faixa etária (em anos)	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
de quinze até vinte e um	02	2,7	02	2,7
vinte e dois a trinta	12	16,0	14	18,7
trinta e um a cinqüenta	39	52,0	53	70,7
cinqüenta e um a sessenta e nove	15	20,0	68	90,7
mais de sessenta e nove	07	9,3	75	100,0

Fonte: Pesquisa de campo no município de Rancho Queimado/ elaborado por Márcia Machado

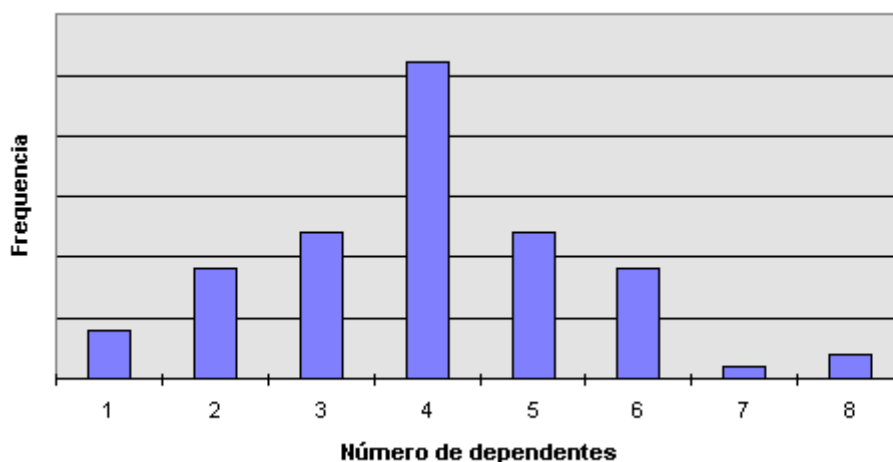


Figura 4 - NÚMERO DE DEPENDENTES POR ENTREVISTADO - Rancho Queimado – 1997

Fonte: Pesquisa de campo no município de Rancho Queimado: Elaborado por Márcia Machado.

A questão educacional foi um dos aspectos que mais nos chamou atenção pela inexistência de cursos que permitam mais opções para a formação da mão de obra da população mais jovem. Não há escolas que os preparem para a vida prática, escolas que sejam baseadas no seu cotidiano, predominantemente agrícola, como é o de Rancho Queimado e, os estudantes do município que queiram obter conhecimentos mais aprimorados, ou em outras áreas, têm que

se deslocar para outros municípios da redondeza. Para isso, alguns contam com carros da Prefeitura que transladam diariamente tentando suprir essa deficiência. Essa situação é bastante precária e questionável porque nem todos os alunos que conseguem completar o 1º grau são encorajados a permanecerem na escola, mesmo porque os custos para manter-se um aluno estudando fora são altos para uma população onde a maioria vive com salários de até 3 mínimos, sendo preferível mantê-los na agricultura, reproduzindo-se desta forma, o despreparo que o quadro seguinte ilustra. Os que conseguem cursar outras escolas, quando conseguem trabalho, transferem-se para outras regiões levando a diminuição das populações mais jovens pela pouca atratividade no mercado de trabalho do município. Os dados da Lei 4923/65 fornecidos pelo Ministério do Trabalho confirmam essa realidade quando divulgam a existência de um contingente de aproximadamente 145 pessoas apenas trabalhando com carteira de trabalho assinada. O grau de instrução dos entrevistados onde 5,6% (04 sujeitos) eram analfabetos; 86,1% (62 sujeitos) freqüentaram entre a 1ª e 4ª série do 1º grau, e 5,6% (04 sujeitos) estudaram entre a 5ª e 8ª série, refletem essa realidade e o acumulado de 97,2% de entrevistados cujo nível de escolaridade situa-se entre analfabetos e 1º grau completo, espelha a precariedade da formação básica, em anos de estudo, e a pouca perspectiva para um município que poderia por em prática uma série de projetos atrativos de investimentos. A realidade econômica atual está a exigir, cada vez mais, capacitação para que se possa manter competitivo e ela se faz através da qualidade da educação.

Tabela 11 - ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS - Rancho Queimado - 1997

Escolaridade	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Analfabeto	04	5,6	04	5,6
1ª e 4ª série do 1º grau	65	86,1	66	91,7
5ª e 8ª série do 1º grau	04	5,6	70	97,2
2º grau	01	1,4	71	98,6
Técnico/Superior	01	1,4	72	100,0

Fonte: Pesquisa de campo no município de Rancho Queimado/ elaborado por Márcia Machado

Nota: Deixaram de dar informação 03 entrevistados.

Quando perguntados se ainda estudavam, 65,4% (17 sujeitos) afirmaram que não e os motivos de terem deixado de estudar foram os seguintes: trabalho remunerado 30,6% (15 sujeitos); trabalho não remunerado 22,4% (11 sujeitos); distância da escola 22,4% (11 sujeitos); ausência de vaga 6,1% (3 sujeitos); outras, incluindo doenças e reprovações 18,3% (9 sujeitos). No caso da

qualidade do ensino no município, 98,1% a consideram entre regular e boa, somente 1,9% acham ruim. As questões referentes ao motivo do abandono e qualidade do ensino, não foram respondidas por 26 e 21 entrevistados, respectivamente.

Tentou-se identificar a migração de familiares dos entrevistados para outros municípios. Observou-se que 65,3% (47 sujeitos) informaram que não têm familiares morando fora de Rancho Queimado. Contudo, 34,7% (25 sujeitos) se transferiram para outras áreas, situação que pode indicar uma das causas da diminuição populacional apontada pelo Censo do IBGE. Quando questionados sobre o número de pessoas que contribuem com a renda familiar, 66,6% dos entrevistados (50 sujeitos) não deram a informação. Entre os 25 respondentes, 48,0% (12 sujeitos) afirmaram que somente um contribui; 28,0% (07 sujeitos) indicaram dois que contribuem e 24,0% (06 sujeitos) contam com a participação de três ou mais pessoas na formação da renda familiar. Com referência a condição do entrevistado na ocupação principal, 78,1% (25 sujeitos) atuam como agricultores ou autônomos; 9,4% (03 sujeitos) são aposentados; 9,4% (03 sujeitos) são funcionários públicos e 3,1% (01 sujeito) empregado sem carteira assinada. Do total, 43 questionários não foram respondidos. Os resultados apresentados na pesquisa sobre a renda auferida pelo entrevistado, confirmam 47,9% (23 sujeitos) recebendo mais de um a três salários mínimos e 79,2% declararam receber de zero a cinco salários mínimos, quadro ilustrativo e não diferente da realidade brasileira.

Tabela 12 - RENDA FAMILIAR (em SM) - Rancho Queimado - 1997.

Faixa salarial (em SM)	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
De 0 a 1 SM	05	10,4	05	10,4
< de 1 a 3 SM	23	47,9	28	58,3
< de 3 a 5 SM	10	20,8	38	79,2
< de 5 a 10 SM	05	10,4	43	89,6
< de 10 a 20 SM	04	8,3	47	97,9
< de 20 SM	01	2,1	48	100,0

Fonte: Pesquisa de campo no município de Rancho Queimado/ elaborado por Márcia Machado

Nota: Deixaram de dar informação 27 entrevistados

Estabelecendo-se a correspondência entre o nível de escolaridade e a renda familiar, percebe-se que os entrevistados que afirmaram ter escolaridade entre

1ª e 4ª série do 1º grau concentraram rendas entre um e três salários mínimos e quanto maior o nível de escolaridade, maior a renda da família.

Tabela 13 - ESCOLARIDADE E RENDA FAMILIAR (em SM) - Rancho Queimado - 1997

Escolaridade	de 0-1 SM	< de 1-3 SM	< de 3-5 SM	< de 5-10 SM	< de 10-20 SM	< de 20 SM	Total
Analfabeto	0,00	2,13	2,13	0,00	0,00	0,00	4,26
1ª e 4ª série	10,64	42,55	19,15	6,38	8,51	0,00	87,23
5ª e 8ª série	0,00	2,13	0,00	4,26	0,00	0,00	6,38
2ª grau/superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,13	2,13
TOTAL	10,64	46,81	21,28	10,64	8,51	2,13	100,00

Fonte: Pesquisa de campo no município de Rancho Queimado/ elaborado por Márcia Machado

Nota: Deixaram de dar informação 28 entrevistados.

Levando-se em consideração o número de dependentes por família, a renda média se distribui da seguinte forma: 52,1% (25 sujeitos) têm renda média entre zero e um salário mínimo; 27,15 (13 sujeitos) têm renda maior que um a dois salários mínimos; 12,5% (06 sujeitos) têm rendimentos maiores que dois a quatro salários mínimos e 8,3% (04 sujeitos) têm renda superior a quatro salários mínimos.

Ao analisar-se os hábitos e costumes da população entrevistada, a pesquisa revelou que 77,8% (56 sujeitos) separam o lixo e 60,3% (44 sujeitos) têm consciência da quantidade de lixo que produzem; 41,5% (54 sujeitos) informaram que o lixo é coletado; 26,9% (35 sujeitos) utilizam para alimentação de animais e 19,2% (25 sujeitos) queimam. Com referência ao tipo de lixo produzido, o plástico, lixo orgânico, papel e sobras de alimentos concentram 82,8% do total, na seguinte proporção: 33,3% de plástico; 18,8% de lixo orgânico; 17,9% de papel; 12,8% de sobras de alimentos; 9,4% de metais e 7,7% de vidros. Cruzando-se a variável escolaridade com a variável separação do lixo observa-se que o percentual dos que separam é crescente à medida que aumenta a escolaridade.

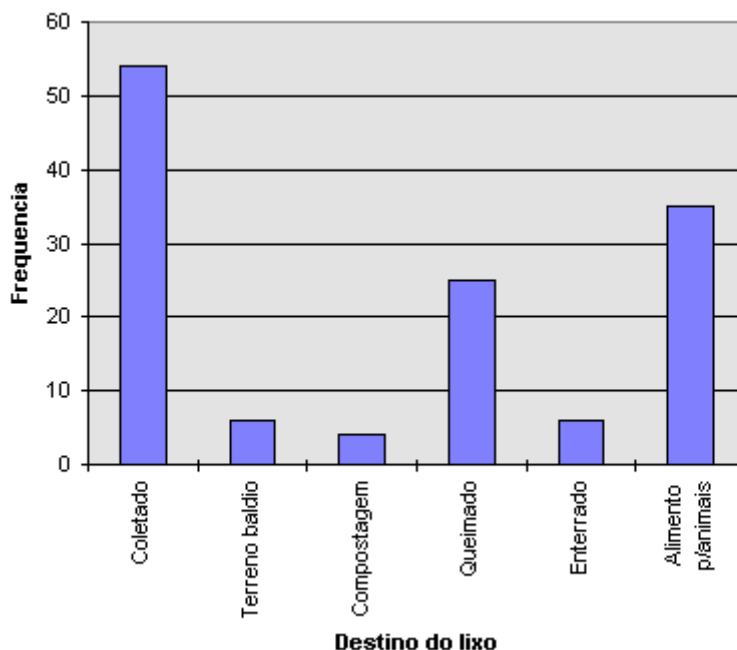


Figura 5 - DESTINO DO LIXO - Rancho Queimado –1997

Fonte: Pesquisa de campo no município de Rancho Queimado/ elaborado por Márcia Machado - Nota: Dados com repetição

Passando à análise da utilização de agrotóxico na lavoura, 81,2% (56 sujeitos) o utilizam, destes, 76,9% não lavam as embalagens e, dos que lavam, 41,7% (5 sujeitos) afirmaram proceder três lavações diárias e 33,3% (4 sujeitos) lavam apenas uma vez. Investigou-se o local onde eram efetuadas as lavações e constatou-se que 64,3% (9 sujeitos) limpam as embalagens na própria lavoura e 14,3% (2 sujeitos) lavam no rio e, em igual número, em casa. Em seguida investigou-se que destino era dado as embalagens de agrotóxico, constatando-se a seguinte realidade: 43,5% são coletadas; 30,6% queimam; 14,5% jogam em terreno baldio e 11,3% enterram.

Questionados sobre o interesse pela utilização da medicina naturalista, 84,8% afirmaram que sim e 15,2% não a utilizam. Quando pesquisou-se a existência ou não de deficientes na família, somente 16,7% informaram ter algum parente com problemas. Destes, 36,4% com alguma deficiência física, 36,4% com deficiência visual e 27,3% auditiva, e somente 20% desse contingente recebem algum tipo de assistência especial. Abordados sobre a existência de idosos na família, 25,7% (18 sujeitos) informaram que convivem, porém a maioria afirmou que não recebem nenhum tipo de atendimento especial. O quadro seguinte apresenta a relação das doenças mais freqüentes citadas pelos entrevistados.

Tabela 14 - DOENÇAS MAIS FREQUENTES - Rancho Queimado - 1997

Tipo de doença	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Respiratórias	26	27,1	26	27,1
Aparelho urinário	04	4,2	30	31,3
Aparelho digestivo	08	8,3	38	39,6
Cardiovascular	10	10,4	48	50,0
Infecciosa	07	7,3	55	57,3
Verminose	01	1,0	56	58,3
Nervosa	20	20,8	76	79,2
Outra	20	20,8	96	100,0

Fonte: Pesquisa de campo no município de Rancho Queimado/ elaborado por Márcia Machado

Nota: Dados com repetição

A tabela 18 salienta um dado importante que é o maior percentual referindo-se às doenças de origem respiratória. Essa informação pode ser um indicador de problemas relacionados ao uso indiscriminado de agrotóxico pois, pelas informações sobre o seu uso, percebeu-se que são mínimos os cuidados quando da sua aplicação e descarte de materiais usados que poluem o meio ambiente através da lavagem de pulverizadores e da contaminação das águas de superfície e lençol freático. Seus resíduos contaminam os alimentos provocando intoxicação direta da população e de outras doenças entre as quais, infecciosas, cardiovasculares, câncer e outras de origem nervosa, exigindo seu controle. O tipo de previdência que mais utilizam é, em primeiro lugar, a assistência médica do SUS/INAMPS com respostas de 42,5% (42 sujeitos) entrevistados, vindo em seguida a assistência através de médicos do sindicato 19,4% (18 sujeitos) e, em igual percentual, por médicos particulares. Com relação a assistência odontológica, buscam atendimento no SUS/INAMPS, 39,7% (29 sujeitos), com dentistas particulares 35,6% (26 sujeitos) e no sindicato, 13,7% (10 sujeitos).

Tabela 15 - ASSISTÊNCIA MÉDICA - RANCHO QUEIMADO - 1997

Tipo de assistência	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Farmacêutico	13	14,0	13	14,0
Médico sindicato	18	19,4	31	33,3
Médico SUS/INAMPS	42	45,2	73	78,5
Médico particular	18	19,4	91	97,8
Outro	02	2,2	93	100,0

Fonte: Pesquisa de campo no município de Rancho Queimado/ elaborado por Márcia Machado

Nota: Dados com repetição

Tabela 16 -ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - RANCHO QUEIMADO - 1997

Tipo de assistência	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Farmacêutico	02	2,7	02	2,7
Dentista sindicato	10	13,7	12	16,4
Dentista SUS/INAMPS	29	39,7	41	56,2
Dentista particular	26	35,6	67	91,8
Outro	06	8,2	73	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/ elaborado por Márcia Machado

Nota: Dados com repetição

No caso de estarem envolvidos através de alguma forma de organização, 84,9% (62 sujeitos) afirmaram que participam, sendo as mais comuns os sindicatos de trabalhadores rurais, que envolvem 37,9% (39 sujeitos) dos entrevistados; associação religiosa 35,9% (37 sujeitos), e associação comunitária 11,7% (12 sujeitos). Outras formas de participação apresentaram resultados pouco representativos. A pesquisa também abordou as formas de lazer mais comuns desfrutadas pelas famílias dos entrevistados observando-se

que o envolvimento com a igreja, através de festas e missa, conta com a maior participação, girando todas as atividades em torno dela, conforme visualiza a próxima figura.

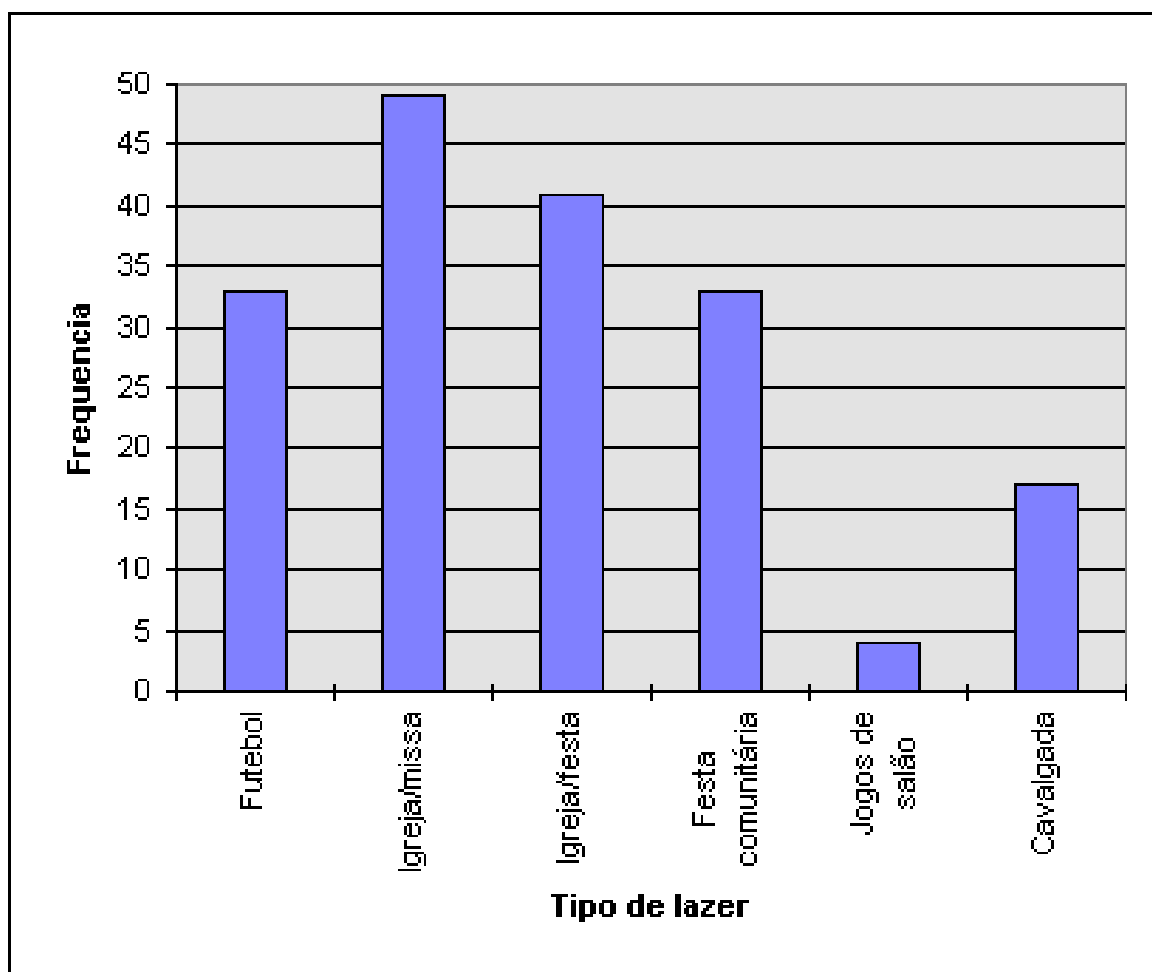


Figura 6 - FORMAS DE LAZER DA FAMÍLIA - Rancho Queimado – 1997  
 Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/elaborado por Márcia Machado - Nota: Dados com repetição

#### 4.1.2- Caracterização da propriedade

Além desses aspectos o questionário possibilitou a caracterização da propriedade, detectando a disponibilidade de serviços quanto à infra-estrutura. O tipo de moradia predominante é o de madeira, 66,2% do total, e a forma de acesso mais comum, é de chão batido. Quanto a procedência da água usada nas residências, 94,7% (71 sujeitos) são captadas em nascentes; 4,0% vem de poço (03 sujeitos) e apenas um entrevistado afirmou captar direto do rio. Com relação à disponibilidade de água na propriedade, 65,2% (45 sujeitos) afirmaram ter água em abundância, 26,1% (18 sujeitos) disseram ter o necessário e 8,7% (06 sujeitos) que a disponibilidade é escassa.



Tabela 17 - DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS - Rancho Queimado - 1997

Infra-estrutura	Tipo de serviço	Possui	%	Não possui	%
Interna	Luz elétrica	75	100,0	-	-
	Telefone	17	23,3	56	76,7
	Antena parabólica	40	54,1	34	45,9
Externa	Água encanada	67	90,5	07	9,5
	Esgoto em rede geral	06	8,0	69	92,0
	Asfalto	05	7,0	66	93,0
	Calçamento	05	7,0	66	93,0
	Chão batido	61	85,9	10	14,1

Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/elaborado por Márcia Machado

Nota: Os totais são variáveis em função do número de respostas dadas. A quase inexistência de rede geral de esgoto facilita a contaminação dos recursos hídricos pela sua deposição continuada em locais abertos, favorecendo o aparecimento de doenças. Além da provável contaminação do lençol freático pelo uso indiscriminado de agrotóxico, o esgoto produzido ao ser lançado em vala aberta e rios promove a contaminação das nascentes com reflexos sobre o meio ambiente e saturação do ecossistema.

Tabela 18 - DESTINO DO ESGOTO PRODUZIDO - Rancho Queimado - 1997

Destino do esgoto	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Não sabe	08	8,6	08	8,6
Rede geral	06	6,5	14	15,1
Fossa séptica	10	10,8	24	25,8
Fosso negro	01	1,1	25	26,9
Vala aberta	30	32,3	55	59,1
Rio	37	39,8	92	98,9
Outro	01	1,1	93	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/elaborado por Márcia Machado

Nota: Dados com repetição

O quadro sintetiza o volume que deve estar sendo jogado diariamente nas bacias que se originam no município, onde mais de 72% são destinados diretamente às valas feitas nas propriedades e daí aos rios. Relacionando-se o destino do esgoto produzido ao nível de escolaridade se confirma quão problemática é a quase inexistência desse tipo de serviço para a comunidade e a necessidade de conscientização e investimentos em infra-estrutura para que mude o quadro de contaminação permanente daquela bacia hídrica.

Tabela 19 - DESTINO DO ESGOTO PRODUZIDO E ESCOLARIDADE - Rancho Queimado - 1997

Escolaridade	Não sabe	Rede geral	Fossa séptica	Fosso negro	Vala aberta	Rio	Outro	Total
Analfabeto	1,12	0,00	0,00	0,00	1,12	2,25	0,00	4,49
1ª e 4ª série	6,74	5,62	8,99	1,12	29,21	34,83	1,12	87,64
5ª e 8ª série	0,00	1,12	0,00	0,00	2,25	2,25	0,00	5,62
2ª grau/superior	1,12	0,00	1,12	0,00	0,00	0,00	0,00	2,25
TOTAL	8,99	6,74	10,11	1,12	32,58	39,33	1,12	100,00

Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/elaborado por Márcia Machado

Nota: Deixaram de dar informação 04 entrevistados

A utilização de vaso sanitário dentro de casa também é mais comum onde o nível de escolaridade é mais alto. Entre os analfabetos constatou-se que, dos quatro entrevistados, apenas a casa de um tem banheiro com vaso. Outros três têm latrina com buraco localizado fora das dependências. A proporção aumenta no caso de pessoas com escolaridade de 1ª a 4ª série do 1º grau, onde 67,61% (48 sujeitos) têm banheiro com vaso dentro de casa contra 18,31% (13 sujeitos) que se utilizam de latrina com buraco fora de casa. Todos os entrevistadas com nível acima da 5ª série do 1º grau têm banheiro dentro de casa.

O transporte de passageiros tem custo baixo para 52,8% da população e é gratuito para a maioria dos estudantes que utilizam transportes cedidos pela Prefeitura Municipal. Com referência à condição da propriedade, constatou-se que 73,0% (54 sujeitos) moram em casa própria; 14,9% (11 sujeitos) vivem em casas cedidas; 8,1% (06 sujeitos) em casa arrendada e 4,1% (03 sujeitos) são

meeiros. A área total da propriedade se concentra entre 0 e 50 hectares envolvendo 82,1% (46 sujeitos), caracterizando a pequena propriedade. A tabela mostra que entre as 56 propriedades declaradas, uma tem mais de 500 hectares.

Tabela 20 - ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE (em hectare) - Rancho Queimado - 1997

Área (em hectare)	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
De 0 a 10 há	17	30,4	17	30,4
+ de 10 a 20 há	10	17,9	27	48,2
+ de 20 a 50 há	19	33,9	46	82,1
+ de 50 a 100 há	09	16,1	55	98,2
+ de 500 há	01	1,8	56	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/elaborado por Márcia Machado

Nota: Deixaram de dar informação 19 entrevistados

Mais da metade dos entrevistados (55,6%) afirmaram que não fazem reflorestamento em suas propriedades e, os que têm, o utilizam para seu consumo. Além disso, 54,2% não têm interesse em disponibilizar áreas específicas para qualquer tipo de reflorestamento.

Passando aos dados referentes aos bens móveis e benfeitorias, mais da metade dos entrevistados declararam possuir, ao menos um carro ou um micro trator e, com exceção dos meeiros e dos que moram em casas cedidas, mais de 90% têm casa própria (68 sujeitos).

Tabela 21 - BENS MÓVEIS - Rancho Queimado - 1997

Bens móveis	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Carro	30	25,2	30	25,2
Caminhão	05	4,2	35	29,4
Trator	06	5,0	41	34,5
Micro trator	37	31,1	78	65,5
Carroça	03	2,5	81	68,1

Carro de boi	01	0,8	82	68,9
Implementos agrícolas	15	12,6	97	81,5
Moto	15	12,6	112	94,1
Outro	07	5,9	119	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/elaborado por Márcia Machado

Nota: Dados com repetição

Tabela 22 - BENFEITORIAS - Rancho Queimado - 1997

Benfeitorias	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Casa sede	68	29,1	68	29,1
Paiol	48	20,5	116	49,6
Chiqueiro	29	12,4	145	62,0
Aviário	28	12,0	173	73,9
Estrebaria	24	10,3	197	84,2
Galpão para máquina	18	7,7	215	91,9
Galpão para animais	11	4,7	226	96,6
Outros	08	3,4	234	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/elaborado por Márcia Machado

Nota: Dados com repetição

No que se refere à produção, o município é predominantemente agrícola, salientando-se nas culturas de cebola, tomate e milho. Esses produtos representam a base da renda das famílias, porém está havendo a diversificação com a introdução de novos produtos, a exemplo do morango, principalmente devido ao processo de concentração e especialização das áreas de comércio pela divisão dos mercados. A introdução da cultura do morango é a busca de um nicho de mercado que atenda a demanda da região, visto que a comercialização dos produtos tradicionalmente cultivados pelos produtores locais têm apresentado queda de preços, refletindo as políticas econômicas das últimas décadas adotadas no Brasil que priorizaram produtos para exportação.

A segunda atividade mais importante é a pecuária, com produção de gado leiteiro para atender a demanda das famílias e o excedente para fabricação do queijo colonial, atendendo ao mercado florianopolitano e aos revendedores do CEASA. O problema do escoamento dos produtos para a comercialização, por falta de vias apropriadas, encarecem o frete inviabilizando o produto.

A maioria informou possuir propriedades com áreas medindo entre 20 e 50 há, decorrendo daí que a área média da propriedade em Rancho Queimado é superior a estadual (20há). A administração da propriedade e da renda é feita por homens atingindo 74,7% e 74,4% do total, respectivamente. Suas características principais são as seguintes: 39,1% das propriedades têm rios; 17,9% têm lagos, 17,2% ainda têm florestas; 12,6% dispõem de caminhos; 8,6% campos cultivados e 4,6% campos naturais. Apesar da existência dessa gama de recursos naturais, a facilidade de acesso a esses pontos é inexistente segundo 70% dos entrevistados.

Tabela 23 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA - Rancho Queimado - 1997

Produto	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Cebola	48	26,8	48	26,8
Tomate	33	18,4	81	45,3
Morango	06	3,4	87	48,6
Milho	35	19,6	122	68,2
Pepino	07	3,9	129	72,1
Feijão	08	4,5	137	76,5
Batata	15	8,4	152	84,9
Batata doce	02	1,1	154	86,0
Batata aipo	02	1,1	156	87,2
Aipim	04	2,2	160	89,4
Abóbora	04	2,2	164	91,6
Pimentão	06	3,4	170	95,0
Repolho	02	1,1	172	96,1
Verduras	02	1,1	174	97,2
Couve	01	0,6	175	97,8
Outros	04	2,2	179	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/elaborado por Márcia Machado

Nota: Dados com repetição

Os terrenos acidentados inviabilizam grandes áreas para a agricultura, fator que não favoreceu aos apelos das políticas agrícolas ditadas no regime militar de "plante que o governo garante" isolando o município das grandes áreas de produção. As melhores áreas para lavoura localizam-se nas baixadas e as áreas mais altas são destinadas às pastagens.

Tabela 24 - PRODUÇÃO ANIMAL - Rancho Queimado - 1997

Produto	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Aves	43	38,4	43	38,4
Bovinos	49	43,8	92	82,1
Suínos	20	17,9	112	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/elaborado por Márcia Machado

Nota: Dados com repetição

Tabela 25 - PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - Rancho Queimado - 1997

Produto	Freqüência	%	Freqüência acumulada	% acumulado
Mel	15	17,6	15	17,6
Ovos	29	34,1	44	51,8
Manteiga	09	10,6	53	62,4
Queijo	23	27,1	76	89,4
leite	09	10,6	85	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada no município de Rancho Queimado/elaborado por Márcia Machado

Nota: Deixaram de dar informação 19 entrevistados - Dados com repetição

O equipamento mais utilizado é o micro trator e todos adotam o uso de defensivos agrícolas. A mão-de-obra familiar efetua as tarefas diárias, tanto agrícolas quanto de manejo do gado. A ajuda da vizinhança foi percebida numa das visitas quando da abertura de um tanque para produção de peixe, inferindo-se daí, que há entre os moradores boa colaboração que, certamente deve ser utilizada para suprir a mão-de-obra na época das colheitas. Este aspecto não foi investigado. Independente da cultura produzida, grande parte das residências apresentam horta caseira para garantia do alimento da família. Criam suínos, galinhas para alimento e produção de ovos e gado para a produção de leite, manteiga e queijo para consumo interno e comercialização do excedente. Interessante observar que o lucro decorrente da venda desses produtos não são computados como renda, o que se confirma pelos baixos valores salariais declarados e a omissão da maioria dos entrevistados. É com essa renda extra que são pagas as despesas domésticas em geral e compra de sementes e defensivos, já que a renda auferida pelos produtos agrícolas, que dependem de safra, só revertem em retorno financeiro após essas períodos. Vários produtores reclamaram dos baixos preços pagos, que não compensam o esforço feito, e apontam a carência de vias de acesso e transporte para comercialização como as principais causas para a perda da competitividade no mercado.

#### **4.1.3 - Expectativas pessoais**

Percebeu-se certa desmotivação dos produtores que afirmaram estar cada vez mais difícil produzir. Perguntados se já se desfizeram de alguma propriedade para melhorar de vida, 82% disseram que não foi preciso, embora lutem com dificuldade em função da não adequada valorização dos produtos agrícolas do campo. Entre os que por algum motivo tiveram que se desfazer, 60% venderam terrenos e 40% a propriedade rural. Questionados sobre a disposição para investir na propriedade, 63% demonstraram interesse. Quando perguntados se utilizavam crédito para investimento, 82% não demonstraram interesse pois não há como pagar os juros, pondo em risco a manutenção da propriedade. Finalmente selecionou-se a questão relativa a disposição de receber turistas nas propriedades com vistas a aumentar a renda familiar. As respostas demonstraram que 55,6% não têm interesse. Os que afirmaram aceitar o turista correspondem a 44,4%. Destes, 95,83% têm interesse indireto, ou seja, para visitação da propriedade e para venda de produtos do município. Interesse direto, ou seja, hospedagem do turista na propriedade, somente 4,17% aceitam.

#### **4.2 - Os Indicadores de Qualidade de Vida**

##### **4.2.1 - Índice de Condição de Sobrevivência - ICS**

O IBGE juntamente com o UNICEF baseados no Censo de 1991 publicaram a relação dos municípios brasileiros segundo as condições de sobrevivência das crianças de zero a seis anos. Os resultados, baseado em pesquisa feita junto a 344 residentes em Rancho Queimado que se enquadravam nessa faixa etária, apontaram 23,3% de crianças vivendo em domicílios cujo chefe de família tinha renda de até um salário mínimo. Na condição de chefe de família homem, com

menos de um ano de estudo, concentraram-se 14% das crianças. No caso do chefe de família ser mulher, o percentual caiu para 0,3%. Crianças vivendo em domicílios com abastecimento de água inadequado, concentraram 9,3% do total. A partir dessas informações divulgou-se o índice 0,24, ficando o município com a 130ª posição entre os de Santa Catarina, índice considerado bom em relação aos demais. Aquele levantamento acusou em situação mais precária o município de Marema com índice 0,84 e, em melhor condição, o município de Pomerode, com índice 0,05.

#### 4.2.2 - A concentração da Terra

O índice de Gini mostrou aumento do grau de concentração da posse da terra em Rancho Queimado no período entre 1970 e 1985. A distribuição da terra apresenta de média a forte concentração, com diminuição das populações rurais e das áreas de cultivo. Em 1970, 51% dos estabelecimentos agrícolas dispunham de até 50 há e ocupavam 15% da área total. Em 1985 totalizavam 71% e detinham 16% da área cultivada no município. Essa concentração também ocorreu em Santa Catarina no mesmo período. Em 1970 o Gini calculado acusou 0,62 contra 0,66 para 1985, espelhando uma média a forte concentração da posse da terra no Estado, o que evidencia a saída de populações das pequenas áreas agrícolas distribuídas por todo território catarinense e a tendência à diminuição da área média cultivada. Em 1970, 59% dos estabelecimentos com até 20 ha, ocupavam 16% da área total e em 1985 os estabelecimentos desse mesmo grupo ocupavam 66% e detinham 18% da área cultivada em Santa Catarina. A Curva de Lorenz, elaborada com base nos dados da tabela 2, é um referencial da transformação ocorrida na estrutura fundiária, alertando para concentração da terra e para os impactos que possam provocar àquela população.

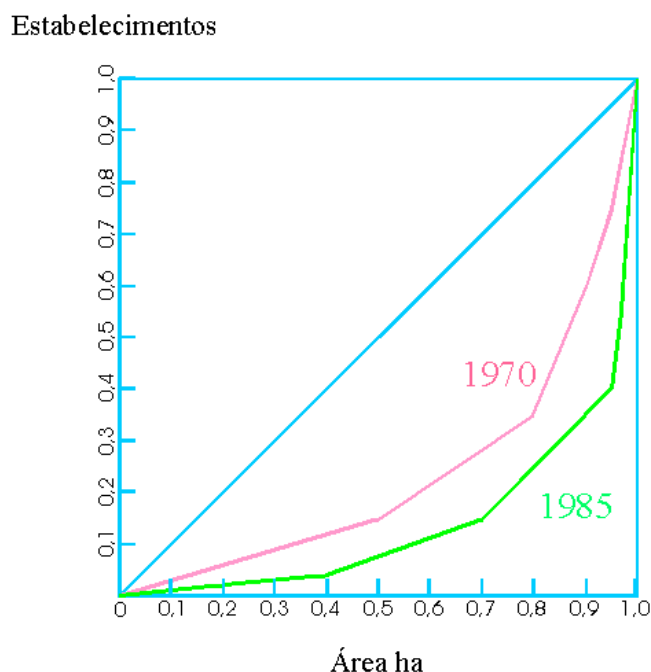


Figura 7 - CURVA DE LORENZ DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA  
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE



### **4.2.3 - Indicador de Indigência Absoluta e Relativa**

Divulgado pelo Mapa da Fome III esse indicador é calculado com base no número de famílias cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição de uma cesta básica de alimentos que atendam os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/UNU, para a família como um todo. Rancho queimado apresentou 178 famílias, parecendo um número pequeno em relação ao total de famílias do Estado. No entanto, na classificação da indigência relativa, situa-se com 29,6% de famílias na condição de indigência, sendo o 16º pior município do Estado. Interessante salientar que entre os piores encontram-se os municípios de Major Gercino, São Bonifácio e Alfredo Wagner, especialmente localizados bem próximos de Rancho Queimado.

## **4.3 - O CAMINHO DAS HORTÊNCIAS É UMA ALTERNATIVA PARA A QUALIDADE DE VIDA EM RANCHO QUEIMADO**

### **4.3.1 - A perspectiva Comunitária**

O rol de sugestões dadas pelos entrevistados para melhorar sua qualidade de vida, exprime as expectativas dos entrevistados das cinco localidades, por ordem de interesse. São as seguintes melhorias sugeridas:

1. dar apoio financeiro para a produção e comercialização
2. possibilitar condições para melhoria da renda
3. melhorar estradas e acessos
4. melhorar transporte público
5. construir mais escolas para melhorar a educação
6. facilitar atendimento à saúde através de convênios com hospitais próximos
7. favorecer a geração empregos
8. inviabilizar êxodo rural
9. proporcionar mais lazer para a população, e
10. melhorar a luz, água e número de telefones.

### **4.3.2 - O Deslocamento do "Espaço Vivido"**

O que se percebe pelas entrevistas é que a realidade municipal e as formas de produção local são vistas como pouco compensadoras, cansativas e sem muitas perspectivas, não se levando em conta algumas vantagens da vida próxima à áreas urbanas, que preserva características ainda rurais tais como, a

existência de hortas caseiras para garantia de alimentos a baixo custo, e com qualidade, casas que preservam jardins de hortênsias, em vez de grades nas janelas como proteção contra roubos, e o sentimento de cooperação que ainda aproxima os habitantes de Rancho Queimado . A reação de desesperança manifestada nos questionários decorre do possível desconhecimento que a comunidade tem de si mesma e da realidade que a cerca, situação corroborada pela própria condição moderna do desenvolvimento econômico que desloca os valores, impondo novas necessidades, não sustentáveis, que distorcem os focos de interesses, constituindo-se, muitas vezes, em agressões à qualidade de vida. A partir do conhecimento desta realidade, a comunidade selecionará mais facilmente as reais necessidades entre as impostas, para atingir um sistema de valores adequados à sócio-cultura local, ainda preservada em grande parte e evidenciada na cooperação entre seus moradores, ao contrário do individualismo exacerbado que há nas grandes cidades.

Sobre esse aspecto Sejenovich (1996) afirma: " ... *A qualidade de vida supõe a manutenção e reafirmação de nossas identidades culturais, frente as tendências hegemoneizantes do sistema cultural mundial, cada vez mais forte e intenso; é necessário promover nossas formas culturais para poder estabelecer um diálogo frutífero e mutuamente enriquecedor. Os processos de participação nas decisões fundamentais do desenvolvimento e no real funcionamento das instituições democráticas são dois elementos essenciais, em tal sentido, a reforma política é prioritária como marco de uma adequada qualidade de vida.* " Sejenovich (1996). Essa ótica tem sido discutida nas propostas de desenvolvimento sustentável. Tem-se pensado o deslocamento das populações no sentido urbano-rural como forma de manutenção ou surgimento de pequenas comunidades que se auto gerenciam, através de administrações participativas. Por outro lado, é importante que se tenha claro a formação e estruturação de uma educação que oriente no sentido de aproveitamento das habilidades, tanto individuais quanto das especializações regionais, de forma a permitir-se a compreensão do mundo que se vive e, ao mesmo tempo, que ela ocorra de forma flexível, a fim de que possa adequar-se às mudanças estruturais decorrentes da evolução do sistema capitalista. A estrutura espacial de Santa Catarina ainda é propícia a esse tipo de desenvolvimento pelas características existentes, e a região onde se insere Rancho Queimado suporta perfeitamente propostas de desenvolvimento em direção a um desenvolvimento sustentável pois sua população mantém características de uma riqueza inexplorada e que não pode ser desvalorizada por imposições poucas realísticas.

## CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo geral avaliar as perdas econômicas e sociais em áreas críticas catarinenses, enfocando Rancho Queimado. A análise dos resultados dos questionários permitiram constatar que é patente as desigualdades regionais em Santa Catarina, onde municípios apresentam-se com níveis de vida exemplares (Pomerode com ICS de 0,05) enquanto na área estudada a renda familiar para a maioria dos munícipes não ultrapassa três salários mínimos, com a existência de indigentes, numa região onde tradicionalmente todos tinham o que comer. Interessante, porém, é que, embora esse indicador alerte para o empobrecimento em termos de indigência, é ainda comum a propriedade de bens móveis e imóveis entre seus habitantes.

Para concluir, se apresenta a síntese da realidade encontrada .

- Ao se pesquisar os fluxos migratórios e as formas de inserção no mercado de trabalho das populações, deparou-se com o deslocamento das populações mais jovens para outros municípios, em decorrência da deficiência de escolas mais especializadas, o que favorece a sua inserção em outros mercados. Eles ingressam no mercado de trabalho de outros municípios por falta de opções locais. É pequeno o número de residentes originários de outros Estados e a grande maioria dos moradores estão no município a mais de onze anos.
- É precário o saneamento básico e a maioria das residências não dispõem de rede de esgoto sanitário; não usam água encanada, obtendo-a diretamente de nascentes; não tratam da água pois consideram desnecessário e não tem uma coleta de lixo adequada. A maioria entrevistada reside em casa própria, de madeira e em boas condições mas os acessos são na maioria de chão batido. O transporte de passageiros não é caro.
- A escolaridade é de primeiro grau, entre 1ª e 8ª série, tendo a maioria abandonado os estudos para exercer atividades na lavoura, remuneradas ou não. Consideram boa a qualidade do ensino, apesar de cursarem somente até a quarta série. Suas doenças mais frequentes são as respiratórias e dos nervos, buscando assistência médica através do SUS/INAMPS e Sindicatos. Os que têm melhor renda utilizam os serviços de médicos particulares. A assistência odontológica é dada para os de menor renda por dentistas do SUS/INAMPS, e por particulares, para os que podem pagar.
- É preocupante a diversidade de lixo produzida que se compõe na maioria de recipientes e restos de objetos plásticos. Estes, como todo o lixo restante, em grande parte são recolhidos, mas não há nenhum tipo de tratamento para facilitar a decomposição. Seus resíduos contaminam solos e nascentes, representando um sério problema para o município. Mais de 80% dos entrevistados afirmaram utilizar agrotóxicos na lavoura e a grande maioria não lava as embalagens, donde se infere que estejam sendo recolhidas com o lixo comum e contaminando outras áreas, além do lençol freático.
- Apesar de toda família estar envolvida com as atividades agropecuárias, a maioria afirmou que apenas uma pessoa contribui com a renda

familiar. O maior contingente auferiu entre um e três salários mínimos, mas a grande maioria omitiu essa informação. Mais de 70% trabalham como autônomos na agricultura.

- A área total das propriedades é entre zero e cinquenta hectares e a maioria dos proprietários não fazem reflorestamento e não pretendem fazê-lo futuramente. São agricultores, cultivando alguns produtos tradicionais na região, cebola, milho e feijão. Produzem outras culturas, em hortas caseiras, para alimentação das famílias, vendendo os excedentes nos mercados próximos e no CEASA. O relevo, além de inviabilizar a exploração agrícola em larga escala, exige cuidados quanto à erosão, com várias áreas problemáticas dispersas no município. A insistência dos agricultores em manter as culturas tradicionais, que perdem competitividade pelo volume produzido, têm contribuído para a estagnação econômica do município e o desalento das populações jovens que saem em busca de novas opções em outras cidades. São os homens que administram a propriedade e a renda, e as mulheres participam do trabalho na roça, nos afazeres da casa e na elaboração de produtos caseiros para auxiliar a renda familiar. Têm interesse em investir nas propriedades mas não pretendem utilizar crédito bancário pois consideram os juros inviáveis. Não demonstraram interesse em receber turistas na propriedade.
- O número de empresas poluidoras não é representativo, não apresentando riscos para a poluição do meio ambiente, o que viabilizará a boa qualidade de vida de Rancho Queimado ainda por bom tempo. Os problemas ambientais observados decorrem principalmente do uso indiscriminado de agrotóxicos, na lavoura, com poluição das águas e do meio; esgotamento e erosão do solo; assoreamento dos rios; redução da capacidade hídrica dos mananciais. A contaminação da boa rede hídrica, espalha-se pela totalidade das áreas para onde eles fluem, principalmente o Rio Tijucas, pelo descontrole da poluição das nascentes e decorre da contaminação por esgotos e lixo de difícil degradação que são jogados em valas e terrenos baldios.

Percebe-se, ainda, a prevalência de habitantes rurais e o sentido de cooperação entre as famílias, porém o diagnóstico sócio-econômico sugeriu perda da qualidade de vida visto que o saneamento básico é precário, há problemas de atendimento emergencial à saúde pela dependência a hospitais próximos e falta de assistência ao idoso e ao deficiente; a educação não viabiliza a permanência das populações jovens no município e o mercado de trabalho não apresenta atrativos para manutenção da mão-de-obra, o que leva ao sentimento de desesperança manifestado por vários entrevistados, colaborando, inclusive, com a diminuição da população local.

Apesar da aparente perda econômica ilustrada pelo desalento da população local, o isolamento do município possibilitou a preservação da cultura de seus habitantes. Por outro lado, o desinteresse dos órgãos públicos quanto a melhoria da educação, interfere na manutenção das populações jovens, que saem em busca de oportunidades em outras áreas do Estado. A falta de melhores orientações e ações públicas para execução de ações que garantam à população saneamento básico e saúde, tem reflexos sobre sua qualidade de

vida, fazendo-se necessário a urgente decisão municipal no sentido de suprir essa deficiência, através da seleção de programas e projetos que atendam a demanda, gerando emprego e renda, e preservando o meio ambiente sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

Ao ficar fora do eixo das atividades econômicas do Estado, Rancho Queimado preservou sua cultura, expressando o amor através da cooperação existente entre seus habitantes. Esse fato coloca o município com vantagem em relação aos demais, tornando-se polo de atração para migrantes de outras regiões, o que impõem a necessidade da implantação urgente de projetos que visem o desenvolvimento sustentável, para adequação e preservação da qualidade de vida de sua população. Através da cooperação, os habitantes organizados, poderão atuar de forma participativa, selecionando as necessidades e o elenco das ações prioritárias a melhoria da qualidade de vida.

O sistema capitalista é excludente, e nesse sentido Marx foi profético, pois suas análises apontaram para um possível desemprego estrutural, confirmado hoje pela exclusão de grande contingente populacional que não acompanha as inovações tecnológicas, ficando fora das exigências impostas pelo mercado de trabalho em todo mundo. Marx também sugere que a única forma de superação da crise se daria pela socialização do capital. O desenvolvimento sustentável aponta nesse sentido, ou seja, da participação, onde todos cooperem e respeitem-se, incluindo aí o meio ambiente, para garantia da sobrevivência humana na sociedade como um todo.

Essa preocupação, tão bem trabalhada por Malthus, está se concretizando a medida que aponta, não para as diferentes progressões entre número de habitantes e produção agrícola como em sua época, mas para o *apartheid* social que surge, pela falta de oportunidades e pela degradação do meio ambiente e a conseqüente queda da produção agrícola, decorrendo daí a fome e perda da qualidade de vida, apesar de todo conhecimento técnico e científico existente, colocado à disposição dos que podem pagar por seu uso.

A prática de projetos que visem o desenvolvimento sustentável, diminuirá a mobilidade da mão-de-obra para outras regiões, promovendo seu retorno ou manutenção, em vez de se tornar polo de atração de populações miseráveis que se instalam nas bordas dos municípios, pela falta de oportunidade de trabalho em outras áreas do Estado. Projetos de inserção desses habitantes não poderão ser esquecidos para que não se formem os bolsões de pobreza, tão comuns nas periferias das grandes cidades, e que são o maior indicativo do *apartheid* social que fazemos o possível para desconsiderar, numa atitude alienada, bem expressiva do mundo de exclusões e sem amor que vivemos. Rancho Queimado poderá se tornar baliza estadual provando que sua população, organizada supera os problemas econômicos, podendo valorizar o meio ambiente por meio de ações que promovam o desenvolvimento sustentável, tornando-se atrativos à população e a novos projetos.

A análise sob a ótica do desenvolvimento sustentável levou a concluir que os modelos de desenvolvimento não poderão se limitar apenas à manutenção do sistema capitalista, pois suas características intrínsecas são por si excludentes,

mas, da necessidade de se estabelecer novas formas de desenvolvimento baseadas em outras composições, com outros padrões de inserção menos degradáveis e que favoreçam a melhoria da qualidade de vida das populações, que não devem ser excluídas pela falta de opções.

### **Recomendações**

Implantar projetos específicos, que priorizem, principalmente, o saneamento básico, saúde e educação. De que forma isso pode ser conseguido:

- Através da identificação das carências e das áreas mais problemáticas, propor saídas emergenciais para curto prazo, com elaboração de projetos que objetivem sua implantação ou recuperação. Essas carências deverão ser selecionadas pela população através de conselhos comunitários que determinarão as prioridades para sua execução.
- Implantação de escolas ecológicas, onde sejam introduzidas disciplinas que valorizem o meio ambiente e que recebam orientação técnica de pessoas experientes que morem na região, para melhoria da produção e valorização dos produtos.
- Organização de debates/seminários que postos em prática, sirvam para selecionar, orientar e propor políticas que envolvam o setor produtivo municipal.
- Apresentação do conceito de " Qualidade de Vida" baseado no exercício do AMOR, para que sua prática minimize o individualismo, que exacerba o egoísmo, a maldade, o desrespeito, decorrendo daí todos os atos que interferem nas relações entre as pessoas. O amor pressupõe preservação e respeito pela diferença e só através de sua compreensão e inclusão como fundamento para um outro desenvolvimento sem exclusões, se poderá viabilizar e melhorar todo contexto sócio-produtivo com mais qualidade. Projetos que não se efetuem observando os sentimentos e necessidades pessoais se distanciam dos propósitos da população, cabendo então aos órgãos públicos a tarefa de estarem atentos facilitando esta prática, promovendo o equilíbrio e harmonia dos seus dirigidos.

### **Nossa contribuição para Rancho Queimado**

Além de termos apresentado algumas informações e dados básicos que possam espelhar com maior clareza da realidade sócio-ambiental de Rancho Queimado, nossa contribuição é também no sentido de alertar e despertar à comunidade para valorização de sua riqueza cultural, melhorando sua auto-estima, compreendendo que foi positivo o isolamento imposto porque assim conseguiram manter seus valores, bastando agora apenas colocá-los a disposição desse novo desenvolvimento, o sustentável. É importante que se desenvolvam projetos participativos mas, quando as atividades forem desenvolvidas, não esquecerem de fazê-las com amor, respeitando a natureza na transformação dos recursos dela decorrente, pois assim serão mais harmoniosas em suas trocas e condições. O desenvolvimento de atividades que promovam a educação no sentido da preservação de valores culturais e

morais, favorecerão o progresso do município com melhoria da qualidade de vida dos cidadãos locais, podendo, inclusive serem desenvolvidas atividades que tornem àquela realidade um farol a outras áreas do estado de Santa Catarina.

**BIBLIOGRAFIA**

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SANTA CATARINA - 1994

BELLIA, Vitor. Introdução à Economia do Meio Ambiente. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Dados mensais . Mtb. Brasília. DF, 1985 a 1995.

Censo Demográfico - Brasil - 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

Censo Demográfico - Brasil - 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

Censo Demográfico - Brasil - 1991; resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

Censo Demográfico - Santa Catarina - 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

Censo Agropecuário - Santa Catarina - 1985: IBGE. Rio de Janeiro, 1991.

DIEESE - Anuário dos Trabalhadores - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. SP, 1993

Documento sobre a emancipação político-administrativa de Rancho Queimado e Distrito de Taquara.

FRANZONI, Ana Maria B.; SILVA, Harrysson Luiz da; ROCHA, Isa de Oliveira. Levantamento dos Recursos Naturais da Área de Estudo do Município de Rancho Queimado - SC. UFSC. Florianópolis, 1988.

GAIESKI, Ademar Antônio; CARVALHO, Leonardo Ribeiro de; SABINO, Elizabet Análise da Qualidade Ambiental da Faixa Sul do Município de Rancho Queimado - Santa Catarina - em vista da Otimização dos Recursos Naturais. UFSC, 1988

MALTHUS - Ensaio sobre as Populações - São Paulo. Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

MARX, Karl - O Capital. 2º Ed. São Paulo. Nova Cultural, 1986 (Os Economistas).

PARIS, Alcimir José de; ULYSSÉA, Cristina Silveira; VIEIRA, Graciana Espellet. Meio Ambiente e a Questão Ambiental - Um Relatório. UFSC, 1988.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Brasil e Grandes Regiões –1980 Rio de Janeiro: IBGE, v.14, n.1, 1983.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Brasil e Grandes Regiões – 1990 Rio de Janeiro: IBGE, v.14, n.1, 1993.



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - 1990, Rio de Janeiro: IBGE, v.14, n.5, 1993.

PROCHINIK, Victor. Flexibilidade espúria: modernização técnica com desigualdade social na indústria brasileira de calçados. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI; UFRJ/FEA, 1991.

PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO - DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO. Florianópolis (SC), 1990.

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial -Indicadores do Desenvolvimento Mundial Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1992 e 1994

Rancho Queimado Preservando seus Caminhos. Relatório coordenado pela Professora Sandra Sulamita Nahas Baasch. UFSC, 1997.

Revista Finanças & Desenvolvimento/Dezembro de 1993 e Dezembro de 1996

SACHS, Ignacy - Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986

\_\_\_\_\_ Estratégias de transição para o século XXI. São Paulo: Studio Nobel: Fundap, 1993.

\_\_\_\_\_ Espaços, Tempos e Estratégias de Desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1986

SEJENOVICH, Héctor; PANARIO, Daniel. Hacia Outro Desarrollo. Una perspectiva ambiental. Editorial Nordan Comunidad. Montevideo, Uruguay, 1996.

SILVA <sup>a</sup>, Etienne Luiz - O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina. Porto Alegre 1978.

SELL, Luciana Olívia. A Produção Leiteira no Município de Rancho Queimado. UFSC. Florianópolis , 1996.

STOER, Hermann. Crônica da Paróquia de Santa Isabel. A Mais Velha Colônia Alemã- Evangélica em Santa Catarina. (Documento sem data doado à Prefeitura em 1995).

VIEIRA, Paulo Freire, MAIMON, Dália (organizadores) As Ciências Sociais e a Questão Ambiental - Rumo à Interdisciplinaridade. APED e UFPa, 1993.

VIEIRA, P.F. A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais/BIB, 33:3-32. 1992.

\_\_\_\_\_ Projeto de Pesquisa Interdisciplinar <sup>2</sup> Indústria Catarinense e Ecodesenvolvimento, UFSC, 1996

ZITKUEWISZ, Luiz Carlos. Diagnóstico do Município de Rancho Queimado sob a Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável e Gênero. UFSC/PIMA, 1994.

### **Bibliografia Recomendada**

ALIER, Joan Martínez. De la economía ecológica al ecologismo popular. Editorial SA, Montevideo, 1995.

AGUILAR, Margot/Gunter Maihold - Compiladores. Hacia una cultura ecologica. Fundacion Friedrich Ebert. Mexico, 1ºEd., 1990.

AS ESTATÍSTICAS E O MEIO AMBIENTE : IBGE, n.50. Rio de Janeiro, 1991.

BACKER, Paul de. Gestão ambiental: a administração verde. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1995.

BATALHA, Mário Otávio. Análise da estrutura organizacional das pequenas e médias indústrias catarinenses. Florianópolis, 1989.

Brasil uma visão geográfica nos anos 80: IBGE. Rio de Janeiro, 1982.

CARNEIRO, José Paulo Quinhões e Costa, Manuel Augusto. O Segundo Brasil: Populações e Características Demográficas. Brasília, 1983.

CONTRÉRAS MANFREDI, Herman, con América G. Cordero, Velásquez. Ambiente, Desarrollo Sustentable y Calidad de Vida. Venezuela, 1994.

Deslocamento populacional e segregação sócio-espacial/migrantes originários do município do Rio de Janeiro: IBGE. Rio de Janeiro, 1994.

Estatísticas e indicadores sociais para a década de 90 - IBGE. Rio de Janeiro, 1989.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1994.

Geografia e Questão Ambiental: IBGE. Rio de Janeiro, 1993.

Geoeconomia de Santa Catarina - Dados Básicos - Secretaria de Planejamento e Fazenda. Santa Catarina, 1992.

GRAZILIANO DA SILVA, José - A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável / Hogan, Daniel Joseph, Vieira, Paulo Freire Vieira (orgs.) - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

- LAGO, Paulo Fernando - Santa Catarina - a terra, o homem, a economia , 1968
- LAGO, Paulo Fernando - Ecologia e Poluição - UDESC Editora - Santa Catarina, 1975.
- LEFF, Enrique. Ecologia y capital. Hacia una perspectiva ambiental del desarrollo. Universidade Nacional Autónoma de Mexico, 1986.
- MAIMON, Dália. Ensaio sobre Economia do Meio Ambiente. APED. RJ, 1992.
- MAIMON, Dália - Ecologia e Desenvolvimento - APED. Rio de Janeiro, 1992.
- MIGLIOLI, J. A acumulação do capital e demanda efetiva. São Paulo: 1981
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Industrialização e ecodesenvolvimento: contradições, possibilidades e limites em economia capitalista periférica, o Estado de Santa Catarina. Tese de mestrado - UFSC - Florianópolis, 1994.
- Municípios brasileiros, crianças e suas condições de sobrevivência - Censo Demográfico: IBGE/UNICEF. Rio de Janeiro, 1991.
- PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PMDR). Secretaria Municipal de Agricultura de Rancho Queimado, janeiro a dezembro de 1997.
- O Traço da Desigualdade social o Brasil: IBGE. Rio de Janeiro, 1993.
- O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro: IBGE. Rio de Janeiro, 1994.
- Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil - Características Sócio-demográficas UNICEF - Brasília. DF, 1982.
- Perfil Ambiental e Estratégias - SC -92 - FATMA - Secretaria de Estado da Tecnologia Energia e Meio Ambiente. Santa Catarina, 1991.
- Revistas Conjuntura Econômica - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, janeiro e março de 1991; janeiro e março de 1994; agosto de 1995.
- SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Política de desenvolvimento regional e urbano para Santa Catarina .Florianópolis, 1981.
- SANTOS, Theotônio dos. Revolução Científico, técnica e Acumulação do Capital. Ed. Vozes, 1983, cap. 3.
- Simpósio Avaliação de Impacto Ambiental: Situação Atual e Perspectivas - São Paulo, EPUAP, 1993
- SOUTO MAIOR, Joel (Organizador do Relatório). Planejamento Estratégico e Participativo para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Rancho

Queimado. Santa Catarina. UFSC/PIMA/SIDA, Prefeitura Municipal de Rancho Queimado, 1994.

TESTA, V.M.; NADAL, R. de; MIOR, L.C.; BALDISSERA, I.T.CORTINA, N. O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996.

### **Bibliografia Recomendada**

ALIER, Joan Martínez. De la economía ecológica al ecologismo popular. Editorial SA, Montevideo, 1995.

AGUILAR, Margot/Gunter Maihold - Compiladores. Hacia una cultura ecologica. Fundacion Friedrich Ebert. Mexico, 1ºEd., 1990.

AS ESTATÍSTICAS E O MEIO AMBIENTE : IBGE, n.50. Rio de Janeiro, 1991.

BACKER, Paul de. Gestão ambiental: a administração verde. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1995.

BATALHA, Mário Otávio. Análise da estrutura organizacional das pequenas e médias indústrias catarinenses. Florianópolis, 1989.

Brasil uma visão geográfica nos anos 80: IBGE. Rio de Janeiro, 1982.

CARNEIRO, José Paulo Quinhões e Costa, Manuel Augusto. O Segundo Brasil: Populações e Características Demográficas. Brasília, 1983.

CONTRÉRAS MANFREDI, Herman, con América G. Cordero, Velásquez. Ambiente, Desarrollo Sustentable y Calidad de Vida. Venezuela, 1994.

Deslocamento populacional e segregação sócio-espacial/migrantes originários do município do Rio de Janeiro: IBGE. Rio de Janeiro, 1994.

Estatísticas e indicadores sociais para a década de 90 - IBGE. Rio de Janeiro, 1989.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1994.

Geografia e Questão Ambiental: IBGE. Rio de Janeiro, 1993.

Geoeconomia de Santa Catarina - Dados Básicos - Secretaria de Planejamento e Fazenda. Santa Catarina, 1992.

GRAZILIANO DA SILVA, José - A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável / Hogan, Daniel Joseph, Vieira, Paulo Freire Vieira (orgs.) - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

- LAGO, Paulo Fernando - Santa Catarina - a terra, o homem, a economia , 1968
- LAGO, Paulo Fernando - Ecologia e Poluição - UDESC Editora - Santa Catarina, 1975.
- LEFF, Enrique. Ecologia y capital. Hacia una perspectiva ambiental del desarrollo. Universidade Nacional Autónoma de Mexico, 1986.
- MAIMON, Dália. Ensaio sobre Economia do Meio Ambiente. APED. RJ, 1992.
- MAIMON, Dália - Ecologia e Desenvolvimento - APED. Rio de Janeiro, 1992.
- MIGLIOLI, J. A acumulação do capital e demanda efetiva. São Paulo: 1981
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Industrialização e ecodesenvolvimento: contradições, possibilidades e limites em economia capitalista periférica, o Estado de Santa Catarina. Tese de mestrado - UFSC - Florianópolis, 1994.
- Municípios brasileiros, crianças e suas condições de sobrevivência - Censo Demográfico: IBGE/UNICEF. Rio de Janeiro, 1991.
- PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (PMDR). Secretaria Municipal de Agricultura de Rancho Queimado, janeiro a dezembro de 1997.
- O Traço da Desigualdade social o Brasil: IBGE. Rio de Janeiro, 1993.
- O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro: IBGE. Rio de Janeiro, 1994.
- Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil - Características Sócio-demográficas UNICEF - Brasília. DF, 1982.
- Perfil Ambiental e Estratégias - SC -92 - FATMA - Secretaria de Estado da Tecnologia Energia e Meio Ambiente. Santa Catarina, 1991.
- Revistas Conjuntura Econômica - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, janeiro e março de 1991; janeiro e março de 1994; agosto de 1995.
- SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Política de desenvolvimento regional e urbano para Santa Catarina .Florianópolis, 1981.
- SANTOS, Theotônio dos. Revolução Científico, técnica e Acumulação do Capital. Ed. Vozes, 1983, cap. 3.
- Simpósio Avaliação de Impacto Ambiental: Situação Atual e Perspectivas - São Paulo, EPUAP, 1993
- SOUTO MAIOR, Joel (Organizador do Relatório). Planejamento Estratégico e Participativo para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Rancho

Queimado. Santa Catarina. UFSC/PIMA/SIDA, Prefeitura Municipal de Rancho Queimado, 1994.

TESTA, V.M.; NADAL, R. de; MIOR, L.C.; BALDISSERA, I.T.CORTINA, N. O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996.

## ANEXO

### **Sugestões dadas pelos Entrevistados para melhorar sua propriedade e a Vida de sua Família**

As sugestões apresentadas abaixo foram transcritas dos questionários.

Rio do Cocho:

1. melhoramento da luz e da água
2. uma empresa que gerasse mais emprego para sua família
3. custo de vida mais barato, ofertas de emprego, diversidade de cultura
4. ter mais rendimento anual para melhor acesso de vida
5. recursos financeiros
6. medicamentos para a família, ajudas que a família necessita
7. atendimento médico domiciliar

Mangueira:

1. melhorar estradas e transporte público
2. mais valorização da mercadoria
3. atendimento básico de saúde e lazer
4. incremento de renda
5. atividades que evitassem o êxodo rural (tipo de curso que permitissem manter a população no local ), ver convênio com hospital de Angelina, apoio técnico para a produção e comercialização, mais atividades de lazer para a juventude, plano de educação que não feche as escolas por causa do número de alunos
6. melhoria na saúde, atendimento odontológico, educação, transporte para crianças, implementação de um comércio mais direto com a venda para intermediário é muito pequeno
7. estrada, transporte
8. ter terra própria, aumento de renda, melhoria na saúde, educação, infraestrutura, etc.
9. precisa de micro trator
10. precisa de trator, melhorar condições de vida
11. apoio técnico e para comercialização, saúde
12. não sabe ainda o que pedir
13. falta alternativa para melhorar o escoamento da produção, criar a rede de telefonia comercial, pois o celular é muito caro, melhorar o trânsito na localidade

Acesso a 282:

1. no momento a situação é satisfatória

2. melhorar a venda dos produtos produzidos
3. crédito para investimento  
ter mais dinheiro, ter ônibus na comunidade
4. mercado melhor, não ter que plantar, jogar fora, diminuir o desperdício
5. transporte, educação (1º grau completo no Mato Francês), coleta de lixo tóxico, crédito agrícola mais acessível, associação rural para compra de insumos
6. melhor coleta de lixo tóxico, transporte, atendimento à saúde, eletricidade trifásica (CELESC)
7. construir uma casa nova, melhoria da lavoura, aumento da área cultivada
8. apoio financeiro
9. precisaria de apoio financeiro, implementos agrícolas, terra para cultivo
10. muita coisa, só que falta muito dinheiro e idade para trabalhar
11. melhorar no emprego
12. estrada boa para entrada de caminhões para escoar a produção

#### Taquaras:

1. dinheiro, recursos financeiros
2. energia elétrica, transporte coletivo
3. emprego e aumento de renda
4. precisa melhorar a vida dos filhos, oportunidades de emprego, estudo
5. local para escoar a produção (venda de produtos) escola de 2º grau para os filhos
6. bastante dinheiro, transporte, escola, melhorar o ensino, cooperativa
7. bastante coisa, basta ter dinheiro
8. nada, já estou com idade avançada
9. salários mais altos para os empregados
10. fazer várias benfeitorias
11. uma casa melhor, pegar um serviço melhor

#### Mato Francês

1. sim, porque todos os que trabalham com nós merece uma vida mais digna
2. valorizar os produtos agrícolas
3. melhor preços para os produtos
4. transporte coletivo, tempo freqüente, lazer, escola, indústria, cooperativa
5. melhor acesso à propriedade, transporte, telefone, melhorar acesso à propriedade, transporte, telefone
6. melhorar o sistema de comercialização dos produtos
7. melhoria na ponte para acesso à propriedade, melhorar as estradas, ajuda técnica para melhoria do solo e controle de doenças, liberação de áreas para aumento da área de agricultura e madeira para consumo.